



Relatório de Estágio de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, especialização em Globalização e Dinâmicas Regionais

O México entre a América Latina e a América do Norte: Política Externa e Regionalismo

Joana Catarina Ferro Martins

Relatório de Estágio na Direção de Serviços das Américas da Direção Geral de Política Externa do Ministério dos Negócios Estrangeiros

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais com especialização em Globalização e Dinâmicas Regionais pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa realizado sob a orientação científica da Professora Doutora Carmen Fonseca e sob a orientação profissional do Dr. João Bezerra da Silva, Chefe de Divisão da América do Norte do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Agradecimentos

Primeiramente, uma palavra de apreço àqueles que marcaram o meu percurso no Ministério dos Negócios Estrangeiros, nomeadamente ao Dr. João Bezerra da Silva, orientador, chefe e colega, por me ter guiado durante este período e ter depositado confiança no meu trabalho. À restante equipa da Direção de Serviços das Américas, por me acolherem tão bem e proporcionarem uma experiência enriquecedora, instigando o meu crescimento profissional. Aos meus colegas estagiários (e amigos), Inês, Pedro, Bruno, Guilherme, Sara, Maria e Tomás, pelo apoio, cumplicidade e companheirismo.

Um agradecimento especial à minha orientadora científica, Professora Dra. Carmen Fonseca, pela sua atenção, disponibilidade e palavra amiga, cruciais para a elaboração do presente relatório.

À minha mãe, ao meu pai e à minha irmã que me apoiarem incondicionalmente ao longo de toda a minha vida, especialmente nos últimos seis anos, longe de casa, a correr atrás dos meus objetivos, sempre como porto de abrigo, apesar dos inúmeros quilómetros de distância.

E às minhas amigas e amigos, da ilha, da faculdade ou da vida, por todos os momentos de lazer e de parceria no estudo, fundamentais, para todo o processo académico, mesmo que encurtados pela falta de tempo.

Resumo:

O presente relatório resulta da articulação teórico-prática no âmbito do estágio realizado na Direção de Serviços das Américas do Ministério dos Negócios Estrangeiros. A pesquisa centra-se na análise de política externa do México, durante as presidências de Felipe Calderón (2006-2012) e Enrique Peña Nieto (2012-2018), considerando a sua posição enquanto país “bi-regional”. O enquadramento geopolítico do país, entre duas regiões culturalmente e economicamente contrastantes, moldou e condicionou, historicamente, a sua atuação perante o exterior. O período temporal abrange a alternância política após a transição democrática, compreendendo possíveis alterações no rumo político do México. Assim, analisa-se o impacto das mudanças governativas enquanto fator que impacta a condução da política externa do país em relação à América do Norte e à América Latina. A pergunta de partida consiste em saber como se desenvolveu a política externa do México para a América do Norte e para a América Latina, entre 2006 e 2018.

Palavras-chave: México; Política Externa; América do Norte; América Latina; Regionalismo.

Abstract:

This report is the result of theoretical and practical work carried out during an internship at the Americas Services Directorate of the Ministry of Foreign Affairs. The research focuses on the analysis of Mexico's foreign policy during the presidencies of Felipe Calderón (2006-2012) and Enrique Peña Nieto (2012-2018), considering its position as a “bi-regional” country. The country's geopolitical setting, between two culturally and economically contrasting regions, has historically shaped and conditioned its foreign policy. The time period covers the political alternation after the democratic transition, including possible changes in Mexico's political course. Thus, the impact of governmental changes is analysed as a factor that influences the country's foreign policy towards North America and Latin America. The starting question is how Mexico's foreign policy towards North America and Latin America developed between 2006 and 2018.

Keywords: Mexico; Foreign Policy; North America; Latin America; Regionalism.

Índice

Introdução	6
1. Estágio no Ministério dos Negócios Estrangeiros	9
2. Política Externa do México: História e Geopolítica	15
3. Enquadramento Conceptual e Teórico	26
4. A Política Externa bi-regional entre Calderón e Peña Nieto	30
4.1. Felipe Calderón (2006-2012)	30
4.1.1. Nível Individual	32
4.1.2. Nível Estatal (Nacional)	33
4.1.3. Nível do Sistema (Internacional)	35
4.1.4. Oportunidades e Constrangimentos: entre a América do Norte e a América Latina	36
4.2. Enrique Peña Nieto (2012-2018)	45
4.2.1. Nível Individual	47
4.2.2. Nível Estatal (Nacional)	48
4.2.3. Nível do Sistema (Internacional)	50
4.2.4. Oportunidades e Constrangimentos: entre a América do Norte e a América Latina	51
Conclusão	60
Referências Bibliográficas	63

Introdução

O presente Relatório de Estágio insere-se no âmbito da componente não letiva do Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, tendo o estágio sido realizado no quadro do Programa de Estágios Curriculares do Ministério dos Negócios Estrangeiros, por um período de seis meses, na Direção de Serviços das Américas, da Direção-Geral de Política Externa.

A articulação teórico-prática entre o estágio e o conhecimento adquirido ao longo da componente letiva do mestrado proporcionou-me uma maior compreensão do exercício da política externa, da construção dos seus objetivos, limitações e comportamentos. O estágio no Ministério dos Negócios Estrangeiros constituiu uma oportunidade crucial para compreender a vertente prática das relações internacionais, acompanhado de perto o trabalho diplomático português em relação às Américas, nomeadamente, os Estados Unidos da América (EUA), o Canadá e o México, assim como observar a política externa daqueles países e as dinâmicas regionais entre si.

Desta forma, para o presente relatório foi selecionado o México com vista a estudar mais aprofundadamente a sua política externa. Ao mesmo tempo, a escolha do estudo do México deveu-se à curiosidade em entender como a geopolítica influencia a política externa regional, dado o posicionamento do país na América do Norte e na América Latina. As duas regiões apresentam-se como espaços culturais e geográficos distintos. Efetivamente, o México encontra-se enquadrado numa posição bi-regional, entre duas zonas geográficas, marcadas pelas suas diferenças políticas, culturais, sociais e acima de tudo económicas. Culturalmente e socialmente as semelhanças prendem-se à região a sul do país, dado o passado colonial comum e a componente linguística, no entanto na vertente económico-comercial os laços aprofundam-se com os vizinhos a norte, especialmente com os Estados Unidos da América, o seu principal parceiro de comércio. Consequentemente, a política externa do México encontra-se condicionada por uma conjuntura multifatorial, a qual será analisada no presente relatório.

Considerando que os líderes políticos também influenciam o rumo da política externa, a investigação foi balizada pelas presidências de Felipe Calderón (de 2006 a 2012) e de Enrique Peña Nieto (de 2012 a 2018). Os dois presidentes pertenciam a partidos políticos rivais – o Partido de Ação Nacional (PAN) e o Partido Revolucionário Institucional (PRI), respetivamente – sendo o último, representante do partido hegemónico que governou a ditadura

mexicana do século XX. Assim, com este relatório pretende-se analisar como o partido político no poder influencia a tendência da política externa do México face à América do Norte e à América Latina. Sendo assim, a pergunta de partida que está subjacente a este trabalho é a de saber como desenvolveu-se a política externa do México para a América do Norte e para a América Latina, entre 2006 e 2018.

Não só a transição democrática, mas também o regresso do PRI à presidência, enquanto partido renovado, levantaram questões sobre a eventual rutura na condução da política externa mexicana (Franzoni, 2017). Equaciona-se o impacto das alternâncias do poder na política externa do México. Tendo em conta que as suas principais áreas geográficas de atuação de política externa são a América do Norte e a América Latina, procura-se analisar as oportunidades e constrangimentos que orientaram ao longo do período de alternância política.

Para responder à pergunta de partida faremos uma análise multifatorial de política externa, baseada na abordagem desenvolvida por Neack (2008) e que realça a importância de uma observação abrangente e multifacetada, tendo em conta a complexidade da política externa e dos fatores que conduzem a sua atuação. Assim, serão analisados três níveis: individual, no âmbito particular do líder e da sua equipa; estatal, o contexto político, económico e social interno; e internacional, considerando os fatores externos que moldam as escolhas feitas no âmbito da política externa. O relatório desenvolve essencialmente um levantamento e uma análise bibliográfica crítica com vista a responder à pergunta de partida.

O presente relatório encontra-se dividido em quatro capítulos. Em primeiro lugar é apresentada a descrição das atividades realizadas durante o estágio, com o contexto da entidade acolhedora, e o enquadramento com o tema em trabalho. O segundo capítulo apresenta o enquadramento conceptual e teórico, discutindo os principais conceitos relevantes para o estudo, como “política externa” e “região”, assim como a orientação teórica para a análise da política externa. O terceiro capítulo compreende a revisão da literatura relativa à história da política externa mexicana e do seu contexto geopolítico para enquadrar a posição do México, quer na América do Norte, quer na América Latina. O quarto capítulo trata a análise da política externa das duas presidências em estudo através dos diferentes níveis no desenrolar da diplomacia mexicana em relação à região norte-americana e à região latino-americana. Explora-se então a condução de política externa, quer de Calderón, quer de Peña Nieto, na ótica da aproximação ou ausência da mesma perante cada uma das regiões e dos seus respetivos países, analisando igualmente a sua evolução. Por fim, efetuam-se as conclusões no âmbito da

tendência das presidências em questão, de acordo com o seu desenvolvimento ao longo do período temporal analisado, tendo em conta a análise multifatorial aplicada no relatório.

Espera-se desta forma, não apenas contribuir para uma leitura fundamentada da evolução da política externa mexicana, mas também teoricamente orientada, assim como tratar um país relevante, mas pouco estudado, para a política externa portuguesa, nomeadamente na dimensão da sua diplomacia económica.

1. Estágio no Ministério dos Negócios Estrangeiros

O estágio curricular, sob o qual incide este relatório, realizou-se no Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), no âmbito do Programa de Estágios Curriculares da entidade acolhedora, pela duração de seis meses, entre 15/10/2024 e 15/04/2025, na Direção de Serviços das Américas, da Direção-Geral de Política Externa, localizada no Palácio das Necessidades, em Lisboa. A escolha da entidade recaiu sobre o meu interesse pela diplomacia e pela política externa portuguesa, selecionado a Direção de Serviço das Américas, pelo meu apreço pessoal relativamente às questões políticas e económicas da região. Neste sentido, o estágio teve como principal objetivo aplicar o conhecimento adquirido ao longo do mestrado, nomeadamente na análise política das relações internacionais, através do acompanhamento da política externa portuguesa. Assim, caberá nesta secção explorar não só as principais metas e funções do MNE e do serviço em questão, como também descrever as atividades realizadas.

Dada a estrutura orgânica do Ministério dos Negócios Estrangeiros, segundo o Decreto-Lei. n.º 121/2011, o principal objetivo do MNE é não só estruturar a política externa portuguesa, como também executá-la, sendo realizada através dos seguintes atributos:

- “a) Preparar e executar a política externa portuguesa, bem como coordenar as intervenções, em matéria de relações internacionais, de outros departamentos, serviços e organismos da Administração Pública;
- b) Defender e promover os interesses portugueses no estrangeiro;
- c) Conduzir e coordenar a participação portuguesa no processo de construção europeia;
- d) Conduzir e coordenar a participação portuguesa no sistema transatlântico de segurança colectiva;
- e) Assegurar a protecção dos cidadãos portugueses no estrangeiro, bem como apoiar e valorizar as comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo;
- f) Defender e promover a língua e cultura portuguesas no estrangeiro;
- g) Promover a lusofonia em todos os seus aspectos e valorizar e reforçar a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa;
- h) Definir e executar a política de cooperação para o desenvolvimento, especialmente com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e Timor-Leste;

- i) Coordenar, acompanhar a execução e avaliar a acção desempenhada em matéria de cooperação por outros ministérios, departamentos, serviços e organismos da Administração Pública;
- j) Conduzir as negociações internacionais e os processos de vinculação internacional do Estado Português, sem prejuízo das competências atribuídas por lei a outras entidades públicas;
- l) Representar o Estado Português junto de sujeitos de Direito Internacional Público ou de outros entes envolvidos na área das relações internacionais;
- m) Exercer as atribuições que lhe sejam cometidas relativamente à condução da diplomacia económica.” (Decreto-Lei. n.º 121/2011, 2011)

A Direção-Geral de Política Externa integra os serviços centrais da administração direto do Estado, no âmbito do MNE, a par da Secretaria-Geral; Inspecção-Geral Diplomática e Consular; Direcção-Geral dos Assuntos Europeus; e Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas. Já os serviços periféricos externos incorporados no MNE são as Embaixadas, as missões e representações permanentes, missões temporárias e os postos consulares (Decreto-Lei. n.º 121/2011, 2011). Na verdade, todos os serviços mencionados, apesar da sua individualidade e objetivos particulares, convergem e articulam-se entre si na condução da política externa do país, fazendo face aos seus principais objetivos e desafios enfrentados, em nome do Estado português.

Dada a exigência das suas funções, tal como visível na sua estrutura orgânica, o MNE apresenta uma forte hierarquização, de acordo com a natureza e as funções dos respetivos serviços. Concretamente, a Direção-Geral de Política Externa (DGPE), que se encontra diretamente sob a alçada do MNE, tem por missão garantir a coordenação e a deliberação das questões político-diplomáticas e económicas, igualmente no domínio da segurança e defesa, inclusive a Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e a Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD), executando a política externa do país no âmbito das relações bilaterais e multilaterais (Decreto-Lei. n.º 121/2011, 2011). De acordo com a Portaria n.º 31/2012, a DGPE é segmentada em oito unidades orgânicas fundamentais: (a) Direção de Serviços para os Assuntos Políticos Europeus; (b) Direção de Serviços para os Assuntos de Segurança e Defesa; (c) Direção de Serviços das Organizações Políticas Internacionais; (d) Direção de Serviços das Organizações Económicas Internacionais; (e) Direção de Serviços da África Subariana; (f)

Direção de Serviços do Médio Oriente e Magrebe; (g) Direção de Serviços das Américas; e (h) Direção de Serviços da Ásia e Oceânia.

Mediante a compreensão da estrutura orgânica do MNE nesta vertente, é possível interpretar quais os principais setores tidos em conta na condução da política externa portuguesa, privilegiando as relações bilaterais com as regiões chave, assim como concedendo primazia aos assuntos multilaterais nos diferentes setores. De facto, apesar de cada serviço apresentar o seu foco particular de análise, o trabalho é realizado de forma concertada e articulada entre si.

Tendo em consideração as funções e o contexto em que se insere a DGPE, é possível proceder-se à análise da Direção de Serviços das Américas (DSA), serviço acolhedor do estágio decorrido, cujas funções, face à política externa portuguesa direcionada ao continente americano, centram-se em:

- “a) Reunir as informações de carácter político e económico bilateral e assegurar a atualização de elementos completos sobre a realidade política e económica dos diferentes países das áreas geográficas consideradas;
- b) Estudar, dar parecer e apresentar propostas de atuação sobre todos os assuntos relativos a essas regiões e países, na esfera da sua competência;
- c) Coordenar e articular com AICEP - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, e outros departamentos, serviços e organismos sectoriais competentes as atividades diplomáticas na sua vertente económica
- d) Assegurar, em colaboração com os restantes serviços do MNE e outros ministérios, a coordenação, definição e transmissão de instruções ou outros elementos a enviar às missões diplomáticas, representações permanentes e postos consulares de Portugal, no âmbito das suas competências;
- e) Proceder à negociação e participar no processo de conclusão ou denúncia de tratados e convenções internacionais de carácter político e económico bilateral, assegurando, para o efeito, a coordenação dos elementos necessários em colaboração com os ministérios e serviços competentes;
- f) Assegurar a preparação e presidência das comissões mistas e delegações de carácter político e económico que caiba ao MNE, no seu domínio de atividade;

- g) Colaborar na preparação da participação portuguesa nos vários níveis da política externa e de segurança comum, em permanente articulação com a respetiva direção de serviços;
- h) Assegurar a participação nacional em reuniões no âmbito da política externa e de segurança comum, na sua área de competência;
- i) Registar, dar expediente e arquivar a correspondência recebida ou expedida que respeite aos assuntos da sua competência.” (Portaria n.º 31/2012, 2012).

Além disso, cabe à DSA garantir o apoio fundamental na organização da participação de Portugal na Conferência Ibero-Americana. Naturalmente, para uma maior organização e rigor em fazer face às suas funções, dada a extensão geográfica do continente e à complexidade e diversidade política e económica do mesmo, esta Direção de Serviços, encontra-se subdividida em duas divisões: a Divisão da América do Norte (DAN) e a Divisão da América Latina e Caraíbas (DALC). Em concordância com a sua designação, o acompanhamento realizado na DAN recai sobre o Canadá, os Estados Unidos da América e o México, enquanto na DALC incidia sobre a Argentina, a Bolívia, o Brasil, o Chile, a Colômbia, o Equador, a Guiana, o Paraguai, o Peru, o Suriname, o Uruguai, a Venezuela, Belize, a Costa Rica, o El Salvador, a Guatemala, as Honduras, a Nicarágua, o Panamá, Cuba, a República Dominicana, o Haiti, Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Dominica, Granada, a Jamaica, São Cristóvão e Neves, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas. O acompanhamento destes países e apoio na coordenação da política externa portuguesa face aos mesmos, baseia-se em grande medida pela articulação entre serviços, quer nos meios internos, quer nos postos externos, nas representações diplomáticas.

Apesar da DSA receber, semestralmente, dois estagiários alocados a cada divisão geográfica, no período em que exerci as minhas funções, tal não aconteceu, fazendo com que o meu estágio, permitisse uma maior diversidade de trabalho, colaborando igualmente com a DALC. Desta forma, foi possível aprofundar e conciliar a minha área de atuação na DSA entre as duas divisões, obtendo uma perspetiva mais abrangente, complexa e multifacetada, perante duas importantes regiões na história e na atual condução da política externa portuguesa.

Quanto às atividades realizadas, a maioria prendia-se a questões analíticas, de redação e administrativas, especialmente no apoio no acompanhamento das relações bilaterais de Portugal com os EUA, o Canadá e o México, assim como da situação política, social e

económica destes países. Dado o período do estágio ter sido especialmente marcado por grandes mudanças políticas nos referidos países – a ascensão de Claudia Sheinbaum, enquanto primeira mulher presidente do México, a eleição e tomada de posse de Donald Trump à presidência dos EUA e a demissão do Primeiro-Ministro canadiano Justin Trudeau – tornaram ainda mais instigante o acompanhamento político, assim como exigente na deliberação dos factos e episódios analisados e tomados em consideração para a condução da política externa de Portugal. Desta forma, cabia à função de estagiária, o apoio no trabalho desenvolvido pela DSA, em ambas as divisões inerentes, como as resenhas de imprensa, a elaboração de relatos e apontamentos, a elaboração de tabelas de acordos bilaterais e multilaterais celebrados com os países em questão e objetivos político-diplomáticos.

Na mesma ordem, é também prestado auxílio na atualização das Fichas-País, um documento em que consta as principais informações sobre o país em análise, desde a relação bilateral com Portugal, a sua situação económica, política e social, assim como a política externa do próprio estado sobre as demais questões importantes no tema. De igual modo, foi prestado apoio na elaboração de projetos de contributos, pastas e documentos enquadradores da relação bilateral sobre os países referidos, por ocasião de contactos político-diplomáticos, em diferentes níveis políticos. Assim, foi-me permitido consolidar os meus conhecimentos adquiridos na minha formação académica, colocando em prática as minhas competências analíticas e de filtragem de informação de forma estratégica.

Adicionalmente, no âmbito administrativo era suportado também pela minha função o apoio nas tarefas de expediente administrativo a que a DSA se encontra sujeita pela sua interligação permanente com outros serviços do Ministério, com as Embaixadas nacionais e com outros Ministérios do governo português, como notas internas, notas verbais, projetos de ofício, comunicações eletrónicas, reatribuição de telegramas, arquivo, entre outros.

No que toca à logística surge o apoio a tarefas, como marcação de salas, compilação de listagem de participantes, lista de presenças, preparação logística de reuniões bilaterais a nível político e técnico. Sendo que na precedência dessas reuniões, auxiliava na preparação política e na sua posterioridade estava encarregue pela elaboração de projetos de relato da maioria das sessões. No decorrer do estágio destacou-se a preparação e realização da Comissão Bilateral Permanente com os Estados Unidos da América, tendo participado no 13º Comité Bilateral em Ciência, Tecnologia Energia e Ambiente (CTEA), que ocorreu em dezembro de 2024, no Pavilhão de Ciência Viva, em Lisboa. Neste evento participaram membros das entidades

setoriais, quer do lado português, quer do lado norte-americano, onde se debateu a cooperação bilateral, em áreas como o espaço, o ambiente, a tecnologia, a saúde, a educação e os serviços de inteligência. Sendo assim, o evento constituiu uma oportunidade privilegiada de estar em contacto direto com a atuação de Portugal no âmbito da política externa, com um tão relevante país no sistema internacional, partilhando e debatendo pessoalmente estas temáticas com o corpo diplomático dos EUA quer da sua embaixada em Portugal, quer da comitiva vinda do Departamento de Estado norte-americano. Desta forma este momento, assim como muitos outros ao longo do estágio proporcionaram-me a experiência de entrar em contacto direto com as práticas profissionais nas relações internacionais, assim como a possibilidade de refletir de forma crítica relativamente aos conhecimentos obtidos ao longo do meu percurso académico, articulando os conhecimentos teóricos e práticos.

Portanto, o envolvimento diário em questões de política externa, embora que focado na perspetiva portuguesa, despertou-me curiosidade para compreender quais as orientações políticas, ideológicas e económicas de outros países que norteiam a sua atuação na área. Desta forma, sendo o México um dos países sobre o qual mais me debrucei e trabalhei ao longo do meu estágio, e ao mesmo tempo, tendo em conta a particularidade de se situar na sobreposição de duas importantes regiões, optei por analisar a política externa mexicana durante o período de 2006 e 2018.

2. Política Externa do México: História e Geopolítica

A política externa mexicana, assim como qualquer outra, para além de ter sido influenciada pelo tempo e pelo espaço, tem sido também condicionada por três fatores essenciais, o seu modelo de desenvolvimento, o sistema político e o contexto internacional (Sánchez, 2014). Vásquez aponta dois elementos determinantes na compreensão da política externa do México, a sua geografia, que coloca o país na vanguarda da América Latina face ao espaço anglo-saxão, e a sua história, marcada pelo colonialismo e pelas guerras com os EUA (1985). Efetivamente, o México encontra-se entre duas regiões distintas, que moldaram e moldam a sua postura face ao exterior ao longo do tempo.

Segundo Sánchez um dos principais elementos que configurou a sua orientação centrou-se nos eventos que ocorreram no espaço mexicano durante século XIX (2014). Durante a guerra com os EUA, o México perdeu mais de metade do território que herdou de Espanha (ex-potência colonizadora), época onde a guerra constituía o principal mecanismo de resolução de divergências entre estados. Apenas em agosto de 1928, por iniciativa da França, as principais potências assinaram o Pacto Briand-Kellogg em que a guerra foi proibida como instrumento de resolução de conflitos internacionais (Sánchez, 2014). Quer Sánchez, quer Ojeda consideram que o estado mexicano apresentou uma política defensiva e isolacionista, de acordo com uma realidade e um modelo de desenvolvimento que não exigia que o Estado promovesse interesses económicos para além das suas fronteiras nacionais (2014; 1984). As experiências vividas pelo México levaram a que Venustiano Carranza, um dos líderes da revolução mexicana e então presidente, em setembro de 1918, dirigisse-se ao Congresso com uma mensagem baseada nos princípios de igualdade entre os Estados, respeito mútuo pela soberania e instituições nacionais e não intervenção, ficando conhecido como a Doutrina Carranza (Sánchez, 2014). Na verdade, Ojeda defende que a orientação de política externa, desenhada essencialmente na defesa dos interesses internos, como a preservação e a afirmação da soberania nacional, surge naturalmente enquanto estado que obteve a sua emancipação face ao colonizador (1984). As delineações dos principais traços de política externa advêm de um contexto marcado por ameaças externas à soberania e à integridade territorial (Sánchez, 2014). Neste sentido, a história acarreta um papel indiscutível na política externa mexicana derivando de sucessivas intervenções externas que vincaram o apreço por valores soberanos e de integridade territorial.

Em 1987, o então presidente, Miguel de la Madrid enraizou na Constituição mexicana estas concepções no artigo 89, fração X, através do envio de uma iniciativa ao Congresso tendo por fim a reforma da Lei Fundamental, em que consagrou as regras a cumprir pelo chefe de estado na sua condução de política externa:

“(...) el titular del Poder Ejecutivo observará los siguientes principios normativos: la autodeterminación de los pueblos; la no intervención; la solución pacífica de controversias; la proscripción de la amenaza o el uso de la fuerza en las relaciones internacionales; la igualdad jurídica de los Estados; la cooperación internacional para el desarrollo; y la lucha por la paz y la seguridad internacionales.” (as cited in Sepúlveda-Amor, 1998).

De acordo com Sepúlveda-Amor, estes princípios não podem ser considerados de forma isolada, constituindo um universo jurídico que combina esforços para alcançar um fim comum – a paz, a segurança, a justiça e a liberdade (1998). A autodeterminação dos povos – elemento basilar à essência de um estado – e a não intervenção remontam ao histórico de intervenções injustificadas e ao processo de formação do estado mexicano como um novo estado na comunidade internacional (Sepúlveda-Amor, 1998). Da mesma forma, o repúdio à corrida armamentista e a promoção das vias diplomáticas são reforçados através da resolução de conflitos por meios pacíficos, da proibição da ameaça e o uso da força e da luta pela paz e pela segurança internacional. A defesa da igualdade de soberania entre os estados e a promoção da cooperação internacional para o desenvolvimento são duas faces da mesma estratégia, enquanto o primeiro atende às desigualdades vividas pelo país no sistema internacional, o segundo procura transformar esse cenário através de parcerias solidárias trazendo benefícios concretos à economia (Sepúlveda-Amor, 1998). Evidentemente, o respeito e a defesa do direito internacional tornaram-se uma das principais bandeiras da política externa do México, satisfazendo por base os seus interesses nacionais. Neste sentido, Verduzco defende que para um país em questão, como o México, a defesa do direito internacional não poderá ser colocada em segundo plano no âmbito da política externa, nem poderá dar-se “ao luxo” de apresentar uma orientação de política externa maleável às circunstâncias do momento (2001).

Contudo, estas orientações de política externa não são lineares com os comportamentos tomados. Na verdade, Ojeda defende que o México deverá conjugar os seus interesses nacionais com a realidade política internacional e a sua proximidade com os Estados Unidos de forma estratégica (1984). De facto, Flores aponta que, apesar da política externa mexicana

efetivamente ter como base estes sete princípios orientadores, esta vem a oscilar entre uma ação baseada nos princípios ideológicos e outra que recorre à satisfação dos interesses básicos com uma visão mais pragmática (2015). O autor denomina esta conduta de política externa de “*pragmatismo principista*”, conjugando elementos pragmáticos, como a projeção de interesses materiais e geopolíticos, com elementos normativos e doutrinários. No caso mexicano, este comportamento manifesta-se de diferentes maneiras, sobretudo através da projeção do “jogo duplo”, em que por um lado o governo assumia uma posição externa publicamente, enquanto projetava uma diferente no âmbito privado, assim como através da relação entre a política externa e interna, na qual em diferentes momentos as principais motivações que levaram o governo mexicano a tomar certas decisões externas basearam-se em questões domésticas (Flores, 2015). Portanto, é possível considerar que não obstante as principais linhas de política externa traçadas na Constituição mexicana, na prática a sua aplicação poderá não ser linear moldando-se de acordo com o contexto em que se insere.

Retomando o segundo elemento que Vásquez aponta como determinante na formulação da política externa mexicana, a geografia (1985), efetivamente, o México conta com cerca de onze mil quilómetros de litoral, com extensas costas quer no Oceano Pacífico quer no Oceano Atlântico, conectando facilmente os principais mercados da Europa e da Ásia (Sánchez, 2014). Mas principalmente, partilha pouco mais de três mil quilómetros de fronteira terrestre com os Estados Unidos, um dos principais mercados no mundo (Sánchez, 2014). Além disso, o México é também um país avantajado a nível de recursos naturais, desde terras cultiváveis, enormes litorais para o desenvolvimento de pesca, e até importantes reservas de petróleo e gás natural (Sánchez, 2014). Ainda que a economia mexicana tenha alcançado grandes avanços a nível de industrialização, encontra-se longe do nível de desenvolvimento das principais economias industrializadas, originando um fator de vulnerabilidade na negociação internacional com as grandes potências (Sánchez, 2014). Evidentemente, Bruera admite que o México tem os recursos suficientes para até ser considerado uma potência emergente, dado o tamanho da sua economia, da sua população, da sua geografia, e não só, porém o país tem demonstrado uma capacidade limitada na projeção da sua liderança, quer a nível regional, quer a nível internacional (2015). O autor aponta diferentes entraves que limitam a atuação do país, porém destaca-se a proximidade e a dependência do México face aos EUA e a falta de vontade das autoridades mexicanas em promover uma política externa coerente e a longo-prazo. Segundo Pellicer, a diplomacia mexicana tem sido caracterizada em grande medida, pela cautela e pelo distanciamento de um papel protagonista (2006).

Teoricamente, as características do estado mexicano constituem uma base sólida para o preponderar a nível internacional, no entanto, apesar de a sua geografia apresentar grandes vantagens, a mesma pode ser limitante ou até contra procedente. O facto de o México encontrar-se entre duas regiões distintas – América do Norte e América Latina –, levando a que Pellicer denomine “*bi-regional country*” / “*bi-regional nation*”, faz com que este tenha uma certa dificuldade em definir a sua própria identidade regional (2006). Mesmo apresentado fortes ligações económicas com os EUA, os países não são propriamente aliados políticos, levando a que o autor repita a frase tão conhecida “*Poor Mexico, so far from God and so close to the United States*” (Pellicer, 2006). De facto, a proximidade face aos EUA tem frequentemente definido e estabelecido a posição do México no mundo. Já a sua relação com os países a sul, embora o México seja um membro claro da comunidade latino-americana, na medida em que partilham a mesma língua, cultura, tradições, entre outros, em termos económicos e políticos a relação não demonstra fortes alicerces (Pellicer, 2006). De modo a compreender como é que o México dirige a sua política externa face a cada uma destas regiões, é necessário distinguir como se têm desenvolvido as relações e a política externa mexicana face à América do Norte e face à América Latina.

Desde a sua independência, no âmbito de política externa, a relação bilateral mais importante para o México é com os Estados Unidos, tendo em conta que a maioria dos seus assuntos externos estão interligados, diretamente e indiretamente, à sua relação com o país a norte (Schiavon, 2006). A prioridade mexicana tem sido sempre conter, na medida do possível, a hegemonia dos EUA, podendo sobreviver enquanto país vizinho e manter a sua soberania nacional, sem interferências externas, enquanto os EUA definem a sua relação com o México em termos da estabilidade e segurança da fronteira a sul. Desde o fim da década de 1930 que a principal estratégia entre ambos os estados é a cooperação bilateral, tendo em vista o interesse comum minimizando qualquer fricção (Schiavon, 2006). Desta forma, Schiavon admite que foi estabelecida uma “relação especial” entre os países, concedendo autonomia ao México na aplicação da sua política interna e externa em momentos de estabilidade, mas determinando a par o seu alinhamento discreto com os EUA, em momentos de crise (2006). Portanto encontra-se presente um “acordo implícito” em que Washington, enquanto uma das maiores potência mundiais, apoia em termos económicos – desde investimentos, empréstimos, apoio em crises financeiras, entre outros –, políticos – tolerância a governos autoritários, fraude eleitoral, violações de direitos humanos, corrupção, entre outros –, e internacionais – aceitação da dissidência mexicana nos fóruns internacionais –, enquanto o México procura garantir a

estabilidade interna e a segurança na fronteira partilhada (Schiavon, 2006). Sempre que a integridade e a segurança dos EUA estavam em causa, o México alinhou as suas políticas, de forma a ir de encontro com as prioridades do seu parceiro. Em momentos de tensão públicos, a cooperação ocorreu discretamente – com alguma pressão exercida pelos EUA –, onde o México procurou proteger a fronteira com os norte-americanos, evitando qualquer tipo de intervenção por parte dos EUA no território mexicano (Schiavon, 2006).

Segundo Riguzzi e De los Ríos, entre 1913 e 1950, as relações entre o México e os Estados Unidos sofreram períodos de alguma instabilidade, dado o contexto global de guerras mundiais, crises económicas e revoluções (2012). Apesar de certas tensões recorrentes — como as questões da reforma agrária e a expropriação do petróleo em 1938 —, a relação bilateral mantém-se funcional, sustentada pela vontade de manutenção da cooperação entre si. De acordo com Schiavon, ao longo da Segunda Guerra Mundial o México conseguiu equilibrar a sua cooperação com os EUA com o esforço bélico, sem estabelecer uma aliança militar formal, nem permitir que as tropas norte-americanas se estabelecessem no seu país (2006).

Com o seguimento da Guerra Fria, o México procurou balançar a defesa dos princípios de não-intervenção e de autodeterminação nos países latino-americanos, enquanto evitava um confronto direto com os Estados Unidos (Schiavon, 2006). Apesar de a política externa mexicana seguir proximidade com os países da América Central, esta atitude foi silenciada com o crescente interesse dos EUA na região. Desta forma, o México não apresentou uma política externa coerente, nomeadamente ao direito à autodeterminação da Guatemala, dado o interesse dos EUA, assim como defendeu o estado cubano retoricamente, exceto quando as suas ações ponham em causa explicitamente a segurança de Washington – como no caso da crise dos mísseis (Schiavon, 2006). Efetivamente, Riguzzi e De los Ríos consideram que durante este período verificou-se um isolamento por parte do México, em que este virou-se para dentro, adotando uma estratégia de industrialização interna, com uma economia fechada e centralizada (2012). A prioridade mexicana centrou-se na manutenção das relações com os EUA, procurando evitar a todo o custo qualquer tensão com o grande poder hegemónico, preservando uma certa neutralidade.

No final da década de 1980, começou a falar-se sobre o “espírito de Houston” – que consistia na manutenção de boas relações entre os países –, marcando uma nova etapa na cooperação bilateral (Schiavon, 2006). A crise da dívida mexicana durante a presente década, resultado de uma estratégia baseada no petróleo e no endividamento externo, revela a crescente

interdependência entre ambas as economias, levando o México a adotar políticas liberais e procurar enquadrar a relação com os EUA num quadro regulatório estável (Riguzzi e De los Ríos, 2012). A liberalização comercial e a inserção financeira do país na economia mundial tornaram-se prioridades para o executivo mexicano, especialmente devido ao elevado fluxo comercial com a região da América do Norte. Surge, então, neste contexto o Acordo de Comércio Livre da América do Norte (NAFTA), entre o México, os EUA e o Canadá, que permitiu uma maior clareza e permanência nas políticas económicas entre si, flexibilidade tecnológica e uma especialização e operacionalização eficiente dos mercados – todas elas prioridades para o governo mexicano da altura (Schiavon, 2006). Uma vez aprovado por todos os estados, o tratado entrou em vigor a 1 de janeiro de 1994, marcando uma nova etapa na cooperação entre os EUA e o México – passaram a ser “sócios económicos” e intensificaram a interdependência entre si, institucionalizando a sua relação (Schiavon, 2006).

Por outro lado, a ligação entre o México e os EUA aprofunda-se devido ao número de migrantes mexicanos presentes no país, constituindo outro elemento determinante na política externa mexicana face ao país vizinho. Segundo o *Migration Policy Institute*, a meados de 2020, estima-se que vivam perto de 11 milhões de migrantes mexicanos no território norte americano (2024). Apesar da migração ocorrer neste sentido desde a segunda metade do século XIX, agravou-se com a crise económica da década de 1980, em que as medidas neoliberais mexicanas apresentaram efeitos contraproducentes – crescimento da pobreza e abandono do campo (Sánchez, 2014). Devido à crescente procura de mão de obra no mercado norte-americano, os fluxos migratórios enfatizaram-se levando a que milhões de mexicanos ao longo dos anos abandonassem a sua terra natal à procura de melhores condições de vida nos Estados Unidos. Desta forma, tornou-se inevitável que a temática migratória se encontre com prioridade na agenda da relação bilateral entre o México e os Estados Unidos, sendo também um tema “rentável” politicamente, especialmente em contexto de crises económicas e campanhas eleitorais (Sánchez, 2014). Portante, para além de o México estar ligado num certo grau de dependência ao EUA, a nível económico e comercial, apresenta também laços migratórios que influenciam a política externa mexicana, procurando proteger a sua diáspora.

No que diz respeito à relação com a América Latina, segundo González, esta constitui um ponto chave para demonstrar como o México tem vindo a resolver os seus dilemas enquanto estado, com uma dupla posição geopolítica (2005). Ao longo do tempo, foram desenvolvidas diferentes estratégias por parte do estado mexicano, ambicionando melhorar a sua posição no

sistema internacional, tendo a maioria como principal cenário a América Latina (González, 2005). Na verdade, o autor admite que no plano latino-americano o alcance real das ações realizadas, falhou em ir de encontro com as supostas intenções discursivas, surgindo uma lacuna entre o discurso e a realidade (González, 2005).

O autor aponta cinco características históricas que marcam e distinguem as relações entre o México e a América Latina. Primeiramente, a importância dos EUA enquanto ponto de referência na política externa mexicana, não só pelo seu peso económico e comercial, colocando os países latino-americanos em segundo plano, mas também pelo padrão de relação triangular, entre a relação bilateral México-Estados Unidos e os países da América Latina (González, 2005). Seguidamente, o autor aponta para a inconsistência e a seletividade do nível de atenção atribuído à América Latina, destacando a ausência de uma estratégia regional única, sendo que os interesses e as prioridades variaram ao longo do tempo, não só pelas transformações políticas e económicas na região, mas também em função das intervenções (diretas ou indiretas) dos Estados Unidos (González, 2005). Além disso, a proximidade geográfica e o poder relativo impactaram as relações, tendo o México demonstrado um interesse especial pelo espaço geopolítico próximo, caracterizado pela sua natureza assimétrica – América Central e Caraíbas – e pelos cinco países com maior influência a sul, seguindo uma lógica do equilíbrio de poder – Brasil, Argentina, Chile, Venezuela e Colômbia (González, 2005). A preponderância dos interesses políticos derivou da necessidade estratégica de contrabalançar o peso dos EUA, mas também da procura em assegurar um ambiente geopolítico imediato estável (González, 2005). Adicionalmente, o carácter defensivo da política externa mexicana, defendido por Sánchez e Ojeda previamente, é argumentado por González como obstrutivo na sua projeção de liderança regional, ao contrário do Brasil (2014; 1984). Por fim, o autor assinala a preferência mexicana por meio multilaterais restritivos, seletivos e principalmente jurídicos na relação com os países latino-americanos (González, 2005). A política externa do México em relação à América Latina tem sido marcada por uma postura ambígua e condicionada por fatores estratégicos, estando no centro das prioridades mexicanas a relação com os Estados Unidos, o que leva ao impedimento da formulação de uma estratégia regional coesa e coerente com os seus princípios.

A necessidade de procurar um equilíbrio na relação com os países latino-americanos, face ao peso norte-americano, segundo Iruegas, exige a promoção de iniciativas regionais, com propósitos e mecanismos específicos (2003). Estas iniciativas deveriam ter as suas próprias

raízes e orientações, tendo por base as suas vantagens comparativas. O autor reitera que o México é uma nação latino-americana de origem e com senso do futuro, sendo que a região se encontra nas principais prioridades do país, mantendo o desejo de afinidade e consenso político em defesa da unidade e integridade dos países, aliando à crescente capacidade de influência no cenário internacional (Iruegas, 2003). No entanto, outros autores, como González apontam evidências de que apesar do México identificar-se como um país latino-americano e ter de procurar diversificar as suas relações nesse sentido, a sua dependência face ao norte limitou a sua atuação na região (2005).

Efetivamente, desde o fim da segunda guerra mundial, os laços entre o México e a América Latina demonstraram um maior grau de cooperação, apesar de certas tensões particulares (González, 2005). As relações basearam-se numa estratégia de contrapeso defensivo – em 1960 a cooperação económica materializou-se com a entrada do México na Associação Latino-Americana de Livre-Comércio (ALALC) (González, 2005). Nos anos 1970 e 1980, a política externa demonstrou uma maior procura de novos mercados e alianças políticas regionais que fortalecessem a capacidade de negociação frente aos EUA e reduzissem o alto nível de dependência económica (González, 2005). Nesta ordem, foram desenvolvidas diversas iniciativas mexicanas na promoção da integração económica – Sistema Económico Latino-Americano (SELA, 1974) e *La Naviera Multinacional del Caribe* (NAMUCAR, 1975) (González, 2005). Na segunda metade da década de 1980, o México procurou cooperar com os países latino-americanos à margem do sistema interamericano, assim como participar ativamente na criação do Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política da América Latina e das Caraíbas (Grupo Rio) tornando-se o primeiro instrumento de diálogo político ao mais alto nível, exclusivamente latino-americano¹ (González, 2005). Na década de 1990, com o aprofundamento da relações com os EUA, o México virou-se para a América Central com uma nova agenda de cooperação económica e de liberalização comercial – permitindo equilibrar a imagem de concentração das suas relações com os EUA e fomentar alianças no âmbito multilateral. Entre 1994 e 2000, o México sustentou a sua abertura à economia mundial, incluindo à América Latina, negociando tratados de livre-comércio semelhantes ao NAFTA, com os seguintes países: Costa Rica (1995), Bolívia (1995), Colômbia e Venezuela (1995), Nicarágua (1998), Chile (1999) e o Guatemala, El Salvador e Honduras (2000); adicionalmente, negociou no mesmo âmbito com o Uruguai e o Peru através dos

¹ Seguido de diversos esforços multilaterais à margem da Organização dos Estados Americanos (OEA) pelo México, estabeleceu-se o Grupo dos Três (México, Colômbia e Venezuela) em 1989 (González, 2005).

Acordos de Complementação Económica no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) (González, 2005). Apesar das diversas iniciativas, muitas vezes baseadas na procura de um contrapeso face aos Estados Unidos, a retórica apresentou-se maior que a prática destes instrumentos de cooperação, tendo em conta que a maioria dos mesmos acabou por se tornar obsoleto ou alvo de desuso e de excessivas burocracias, demonstrando uma certa falta de vontade e compromisso político na manutenção da relação com os países latino-americanos.

Na mudança do século, a vitória de Vicente Fox, com o PAN pôs fim de sete décadas de monopólio do governo do PRI, simbolizando um avanço para a democracia mexicana, com a alternância do poder por meios pacíficos (Sánchez, 2014). No âmbito da política externa, segundo Flores, o novo partido no poder criticou a sua condução realizada até então pelo PRI, alegando que as alterações vigentes, no âmbito internacional, não foram aproveitadas devidamente pelo México (2007). Desta forma, estabeleceu os seguintes objetivos: uma política externa proativa e diversificada, maior participação em iniciativas internacionais, aumento do comércio externa e defesa dos direitos dos nacionais mexicanos no exterior, a par de um papel mais dinâmico nos postos diplomáticos (Flores, 2007). De facto, este período de transição democrático fomentou a confiança para que mudanças efetivas fossem tomadas.

Muñoz aponta no início do mandato de Fox venceu-se um tom otimista, com altas expectativas e a esperança de mudança no sistema político e no contexto social e económico do país (2006). Embora a política externa não tenha sido uma prioridade para a sociedade mexicana até então, o sentimento de otimismo estendeu-se a outros campos, tendo em conta que o “*bono democrático*” – o mérito de derrubar o autoritarismo – concedeu legitimidade renovada no âmbito internacional e novas oportunidades para assumir uma maior influência diplomática (Muñoz, 2006). O novo presidente mexicano estabeleceu então a meta de projetar uma nova imagem do país na comunidade internacional, de priorizar a relação estratégica com os Estados Unidos e fortalecer a presença do México nos fóruns internacionais. No entanto, apresentar de o país deparar-se com um contexto sólido, que o habilitava a preponderar no âmbito internacional, no final do seu governo, de acordo com Sandoval, a política externa de Vicente Fox foi um exercício vazio, tendo trazido mais problemas que soluções (2008). Na verdade, a autora admite que apesar de as políticas terem alguma mudança na sua forma, a substância que guiou a maior parte das ações governamentais foi escassa. Em concordância, Flores afirma que a condução de política externa de Fox foi um dos temas mais controversos

durante o seu mandato devido, especialmente, a três fatores: as crises diplomáticas enfrentadas com alguns países da América Latina, o seu alinhamento à política de segurança dos EUA e a ausência de consenso interno nas posições e ações externas do governo (2008).

A afinidade ideológica com o presidente norte-americano, George W. Bush, e a sua proximidade inicial com Fox promoveram a oportunidade ideal para promover os objetivos mexicanos com os EUA, entre eles o acordo migratório e o aprofundamento do NAFTA (Muñoz, 2006). No entanto, com o atentado de 11 de setembro de 2001 às torres gêmeas nos Estados Unidos, as prioridades da agenda norte-americana alteraram-se drasticamente, tendo o México seguido essa ótica, ajustando a sua política externa a questões de segurança (Flores, 2007). Adicionalmente, o México deparou-se perante um conflito ético, enquanto membro não-permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), face à votação relativa à iniciativa dos EUA em invadir o Iraque, em que por um lado, votar a favor iria de encontro com os seus princípios elementares de política externa, mas por outro lado votar contra colocava o país em confronto direto com a potência a norte - tendo os Estados Unidos ameaçado represálias caso o México não apoiasse a guerra (Flores, 2008). Os EUA iniciaram a guerra no Iraque ainda antes da proposta ser debatida pelo CSNU, permitindo que o México não emitisse qualquer tipo de voto na matéria, evitando o agravamento da tensão bilateral (Flores, 2008). Assim, apesar das prioridades iniciais de Fox terem se centrado em questões que poderiam beneficiar efetivamente a nação mexicana, estas acabaram por ruir com a mudança de agenda norte-americana, o que demonstra a dependência mexicana face aos Estados Unidos na orientação da sua política externa.

No campo latino-americano, o objetivo era apostar nas relações de modo a diversificar os seus parceiros, tendo constituído a meta de fortalecer a cooperação e o diálogo político, assim como impulsionar os laços económicos, comerciais e culturais (Muñoz, 2006). No entanto, nesta época diferentes países da região enfrentavam crises, levando a que Sandoval considerasse que a opção de diversificar as relações com a América Latina eram forças da imaginação (2008). Segundo Flores, apesar de na América Central ter se desenvolvido importantes iniciativas como o Plano Puebla Panamá², o México teve desencontros significativos com alguns países sul-americanos, nomeadamente com a Argentina, a Venezuela e a Bolívia (2008). As crises que mais se destacaram foram com Cuba, em que a votação

² O Plano Puebla Panamá promovia o desenvolvimento regional através da criação de infraestruturas. Porém, acabou ser alvo de estagnação devido à falta de financiamento e à falta de interesse após os atentados terrorista de 11 de setembro de 2001.

mexicana a favor uma resolução do Conselho de Direitos Humanos da ONU desencadeou um conflito diplomático levando à expulsão dos respectivos embaixadores; e com a Venezuela, em que Chávez acusou Fox de ser o “*cachorro del imperio*” – referindo-se aos EUA, devido ao México apresentar uma proposta dos EUA durante a Cimeira das Américas em Mar del Plata, na Argentina (Flores, 2008).

Efetivamente, os autores levam a crer que o plano otimista de política externa não se transpôs para a realidade, pelo contrário, muito pouco ou nada mudou, verificou-se o contínuo condicionamento da política externa mexicana à agenda dos Estados Unidos e a intenção meramente discursiva de tentativa de diversificação das relações com os países a sul, tendo até agravado tensões com certos estados da região. Segundo Sandoval, no fim do mandato de Fox encontra-se um cenário de falta de vontade política e trabalho diplomático para recuperar o terreno perdido e restaurar as relações (2008). Já Flores admite que a evolução da sua política externa não melhorou as condições internas do país (2008). Assim, Vicente Fox deixa ao seus sucessor um difícil terreno com que trabalhar, não só a nível internacional, mas também a nível interno.

3. Enquadramento Conceptual e Teórico

A política externa espelha os objetivos, os interesses e os valores que os Estados, assim como outros atores não-estatais procuram projetar no sistema internacional. Apesar de ser um dos principais pilares das Relações Internacionais, a sua conceptualização encontra-se longe de consenso (Freire & Vinha, 2011). Ao longo das últimas décadas, o conceito de política externa tem sido alvo de mutações, evoluindo de acordo com as mudanças verificadas na ordem internacional. No início do estudo da temática, os únicos instrumentos de Política Externa levados em consideração eram os meios diplomáticos tradicionais, com o “*hard power*”, cujo principal e único papel centrava-se no estado. No entanto, com o crescimento da globalização, verificou-se a compreensão de estratégias subliminares e de “*soft power*”, abarcando igualmente atores para além do estado, verificando-se o alargamento do conceito de política externa.

De acordo com Hermann, o conceito de política externa centra-se na elaboração de um programa, por parte de decisores políticos legítimos, orientado para a concretização de objetivos ou a resolução de problemas, dirigido a entidades fora das fronteiras da jurisdição nacional, visando interagir com atores estrangeiros (1990). Neste sentido, o plano tende a incluir as condições necessárias e os instrumentos disponíveis para a sua concretização, conduzindo a formulação de política externa de um Estado. Na sua conceptualização o foco incide no papel do Estado, enquanto ator e principal agente de atuação em política externa, negligenciando o papel de outros atores não-estatais, e até de motivações subliminares. Enquanto, Gerner aponta que o principal foco da política externa, e consequentemente da sua análise, deverá incidir sobre as intenções, as declarações e as ações de um ator, frequentemente o Estado, mas nem sempre o Estado, direcionadas ao exterior em resposta às intenções, declarações e ações efetuadas por atores externos (1995). A autora afasta-se da visão estadocêntrica, admitindo a presença de atores para além do Estado – organizações internacionais, grupos religiosos, organizações não-governamentais, lobbies, etc. –, reconhecendo a par a maleabilidade da política externa que deriva das intenções, declaração e ações do agente em questão. Adicionalmente, Freire e Vinha contribuem destacando que a política externa compreende não só o “conjunto de objetivos, estratégias e instrumentos que decisores dotados de autoridade escolhem e aplicam a entidades externas à sua jurisdição política”, mas também os efeitos imprevistos que podem resultar dessas intervenções,

admitindo que certas consequências derivadas da implementação de política externa não apresentam uma motivação causal (2011).

Porém, subsiste a lacuna de como analisar as motivações relacionadas à formulação de política externa, considerando que as mesmas não derivam de uma sequência objetiva e linear, mas sim de um processo “co-constitutivo” que conjuga a esfera doméstica e internacional (Freire & Vinha, 2011). Segundo Rosenau a política externa engloba uma relação “bi-direcional” entre as dimensões interna e externa, destacando a necessidade de considerar uma análise multinível, multicausal e multidisciplinar utilizando o conhecimento de outros ramos das ciências sociais, dada a heterogeneidade da área (1966, 1969, as cited in Freire & Vinha, 2011). De facto, dada a multiplicidade da política externa que abrange diferentes áreas como a segurança, o ambiente, a economia e até a cultura, surge a necessidade de intersectar diferentes meios, para compreender a sua complexidade (Freire & Vinha, 2011). Adicionalmente, existem outros fatores a ter em questão, entre eles, a capacidade militar, económica e tecnológica, a posição geoestratégica, a dimensão populacional, assim como, as motivações os valores e as perceções dos atores envolvidos (Freire & Vinha, 2011). Estes diferentes elementos acabam por se articular de forma distinta consoante o ator, conferindo especificidade às suas orientações de política externa, tendo esta um carácter complexo com diferentes eixos de análise.

Dada a multiplicidade da política externa, a sua análise requer a desagregação de cada caso em diferentes componentes, com o objetivo de estudar e compreender determinados aspetos específicos. Por conseguinte, Neack divide a análise de política externa em três níveis, o individual, o estatal (nacional) e o do sistema (internacional) (2008). Em primeira instância analisa-se individualmente os agentes que tomam as decisões, o seu perfil, compreendendo o modo de deliberação na tomada de decisão, quais as perceções e os equívocos que acarretam, de que forma estes atores interagem com os grupos (pequenos e de alto nível), entre outros. A nível estatal prende-se os fatores sociais e governamentais que contribuem para a formulação de política externa de um estado, ou seja, a influência da política doméstica e da situação interna do país. Por fim, o contexto internacional, as relações bilaterais entre estados, as questões e interações regionais, as relações multilaterais e os desafios globais incluem-se no nível do sistema, assim como o papel dos atores não-estatais e das organizações internacionais e regionais que influenciam diretamente a política externa dos estados. A análise de apenas uma vertente apresenta-se limitada, sendo inexequível isolar um nível dos outros, não só devido à

sua impraticabilidade, mas também à insuficiência na compreensão da política externa num mundo cada vez mais globalizado (Neack, 2008). Assim, esta abordagem tridimensional, crucial para uma compreensão mais abrangente, será aplicada na presente investigação, focando-se em diferentes níveis de análise contribuindo para uma análise ampla de política externa.

De facto, Putman desenvolveu o conceito de “jogo de dois níveis”, em que aborda a ideia de que a política externa se encontra inerentemente ligada não só ao contexto externo, como também ao interno, não podendo ser entendida isoladamente (1988). Desta forma, o decisor depara-se num cenário limitado e subjugado aos fatores domésticos e internacionais que moldam as suas escolhas e ações no âmbito externo. Ademais, Roseanu ressalva a importância do indivíduo enquanto decisor de política externa, moldado pelas suas características pessoais, personalidade, valores, ideologia, percepções e experiência vivida, tornando a sua deliberação subjetiva e derivada da interpretação individual face à questão em causa (1966). Assim complementa-se a abordagem de Neack, que engloba a abordagem individual, defendida por Rosenau, assim como o jogo de dois níveis de Putman, abarcando um tratamento mais abrangente e multifatorial.

No que diz respeito ao contexto regional em que cada Estado se insere - englobado no nível do sistema – e dado o rumo da análise do relatório, debate-se o conceito de “região”, que se encontra, igualmente, longe de consenso na literatura. Segundo o geógrafo, Anssi Paasi, a conceptualização de o que é uma região apresenta-se desafiante, devido à junção de elementos materiais e virtuais, assim como diferentes práticas sociais e discursos (as cited in Fawn, 2009). Fawn atribui três elementos-chave ao termo - geografia, história e cultura -, reforçando que apesar de uma região não precisar de uma estrutura institucional para ser considerada como tal, a escolha de empregar uma identidade comum com o objetivo de efetuar interações formais - e até institucionalizar - é um ponto crucial no estudo do que forma uma “região” (2009).

Segundo Söderbaum, não existem regiões “naturais” ou “dadas”, estas são então contruídas por ação humana coletiva e por formações identitárias, sejam estas intencionais ou não e endógenas ou exógenas à região formada (2013). O autor admite que a construção de uma região implica que esta seja politicamente contestada e que se evidenciem uma multitude de estratégias e ideias sobre uma particular região que se fundem, misturam e colidem (Söderbaum, 2013). Assim, coloca em debate a subjetividade da delimitação das regiões, em que uma região não existe sem que os estados que a compõem realizem ações que a determinem

como tal. Neste sentido, Börzel e Risse afirmam que as regiões não são categorias objetivas, pelo contrário, são construídas socialmente relativamente à sua localização geográfica, assim como à sua proximidade geográfica e normativa (2016). Geralmente, as regiões são formadas por mais do que dois estados, podendo apresentar diferentes configurações, nomeadamente, a nível continental, subcontinental e transcontinental (Börzel & Risse, 2016). Segundo Fawcett e Hurrell, o enquadramento de uma região poderá surgir através de uma “consciência regional” ou uma “identidade regional” em que existe uma perceção partilhada de pertença a uma certa comunidade baseada em fatores internos comuns como a cultura, a história e a religião (1995). Os autores apontam que a formação de uma região é inerentemente construtivista, rompendo com a ideia de que as regiões são entidades exclusivamente naturais e geograficamente claras, pelo contrário, são produtos de ação humana coletiva, construções sociais e processos identitários, moldando-se por discursos, interesses e práticas. Apesar de admitirem que partem de uma certa proximidade geográfica, a proximidade normativa, a nível de valores e identidade, é crucial para a sua coesão, interligando os fatores materiais e imateriais.

Apesar de certas regiões apresentarem diversas características constituintes, vários países podem pertencer a diferentes disposições regionais, com a possibilidade de sobreposição (Frawn, 2009). A formação e a manutenção destas relações regionais surgem de dois processos do regionalismo e da regionalização. De acordo com Börzel e Risse, o regionalismo traduz-se num processo *top-down*, liderado principalmente pelo estado, centrado na construção e manutenção de organizações e/ou instituições regionais, englobado três ou mais estados (2016). O mesmo verifica-se no sentido contrário, a integração regional, que consiste numa abordagem *bottom-up*, que envolve diferentes atores não-estatais organizados em redes formais e informais, através do aumento das relações culturais, sociais, políticas e económicas entre países com contiguidade geográfica e cultural (Börzel & Risse, 2016). Desta forma, compreende-se que as regiões apesar de serem delimitadas por um espaço geográfico próximo, acabam sempre por serem moldadas por atribuições concedidas pelos atores que as englobam, sejam estes estatais ou não, constituindo diferentes processos.

4. A Política Externa bi-regional entre Calderón e Peña Nieto

4.1. Felipe Calderón (2006-2012)

A primeira presidência do partido PAN não cumpriu as expectativas criadas no início do mandato com a viragem democrática, tal como verificado no capítulo anterior. Pelo contrário verificaram-se poucos avanços generalizados, especialmente nas condições de vida do povo mexicano, incluindo no âmbito da política externa em que foram agravados certos constrangimentos. Meyer considera que a presidência de Fox desperdiçou uma oportunidade em promover a democratização e a modernização do regime político do México (2015).

Neste sentido, o autor apontou que o período eleitoral foi marcado por uma atmosfera dominada pela desconfiança, ressentimento e medo, levando ao novo candidato do PAN, Felipe Calderón, a combinar uma estratégia com propostas positivas que iam de encontro com certos receios da população – nomeadamente face à esquerda, conotando o seu opositor como um perigo para o México (Meyer, 2015). Tendo em conta que o seu principal objetivo era derrotar o candidato do Partido da Revolução Democrática (PRD), de Andrés Manuel López Obrador, Calderón não deu grande enfoque às questões internacionais no debate político, tendo em conta que estas eram usadas pelos seus opositores para criticar a administração de Fox (Flores & Domínguez, 2013). Segundo Flores e Domínguez, Calderón terá sempre apontado que a sua condução de política externa seria “ativa e responsável”, destacando a promoção dos direitos humanos, a celebração de um tratado migratório com os EUA e o reforço da rede consular (2013).

Após uma campanha eleitoral marcada por diferentes tensões entre os principais candidatos, Calderón do PAN e López Obrador do PRD, o resultado eleitoral refletiu a incerteza do povo mexicano, com uma diferença de 0,56% entre os mesmos na contagem final. A proximidade na percentagem final gerou grande contestação por parte da oposição, levando a que a esquerda se recusasse a reconhecer a legitimidade do resultado e da nova presidência, iniciando um movimento de resistência civil (Bastidas, 2012; Ortiz & Ventura, 2015). De acordo com Ortiz e Ventura, Felipe Calderón chegou à presidência através de uma eleição questionada não só pelos seus opositores políticos, mas também por uma parte considerável da população, o que pode ter condicionado a sua atuação política (2015).

Efetivamente, o autor Méndez admite que Calderón deparou-se com um cenário desfavorável – especialmente devido à sua ligação partidária ao antigo executivo –, contudo destaca que o então eleito presidente apresentava também uma margem de sucesso em liderança política, caso tomasse iniciativa enquanto impulsor de uma “nova ordem” (2015). No âmbito da política externa, Levy admite que dado o panorama de “zonas negras, brancas e cinzentas”, deixado por Fox, em que poucos estavam satisfeitos com o seu trabalho, com a chegada de Calderón, Flores aponta o surgimento de uma expectativa de mudança (ou continuidade) na sua condução (2009; 2010). A administração Fox, especialmente no que diz respeito ao seu trabalho diplomático, gerou consenso entre os autores pelas suas falhas e erros, porém a esperança, embora pouca, permaneceu no início do mandato de Calderón, em romper com os seus antecessores.

Assim como ocorreu durante a sua campanha política, a política externa também não foi uma das principais prioridades políticas de Calderón segundo o seu Plano Nacional de Desenvolvimento 2007-2012 (2007). Na verdade, a temática apenas surge no quinto e último eixo de ação do seu plano governamental, englobado a par com as questões democráticas. De denominação “*democracia efectiva y política exterior responsable*”, o eixo em questão desdobrava-se em quatro principais pontos: a política externa como alavanca do desenvolvimento nacional, com a inserção do México no mundo através do apoio ao desenvolvimento económico, social e político; o México na construção da ordem mundial, contribuindo para os esforços da comunidade internacional em expandir a vigência dos valores e princípios democráticos, das liberdades fundamentais e dos direitos humanos; a diversificação da agenda de política externa, impulsionando a projeção do México no âmbito internacional, com um maior enfoque com os países da América Latina e Caraíbas (agenda mesoamericana) e a cooperação bilateral e trilateral com os EUA e com o Canadá; por fim, os mexicanos no exterior e a migração, protegendo e promovendo ativamente os direitos dos seus nacionais no exterior (Plan Nacional de Desarrollo (2007-2012), 2007). De facto, verifica-se um maior destaque aos laços latino-americanos, especialmente com a América Central, indícios da intenção em restaurar as relações afetadas. No entanto, para além de serem maioritariamente vagos e com traços de continuidade, não constituem uma prioridade clara para o executivo, sendo que iremos explorar melhor esta questão a posteriori.

4.1.1. Nível Individual

Felipe Calderón entrou no mundo da política ainda jovem, sendo ele filho de uma das famílias fundadoras do PAN, foi um militante ativo desde cedo e chegou a ser presidente do partido entre 1996 e 1999 (Méndez, 2015). Para além da sua participação partidária foi deputado local do distrito federal (1988-1991) e deputado federal (1991-1994; 2000-2003), proporcionando-lhe capacidade de persuasão e negociação política, segundo Mendéz (2015). Nos anos de 2003 e 2004, respetivamente, serviu como diretor geral do Banobras (banco nacional de desenvolvimento do México) e secretário da energia. Todo este currículo, aliado à sua formação em direito, economia e administração pública, tornam-no num presidente com capacidade e potencial para o sucesso e desenvolvimento do México.

No que diz respeito ao seu estilo de liderança e consequentemente personalidade, Mendéz aponta que Calderón terá sido levado muitas vezes pelo impulso e protagonismo, nomeadamente na sua abordagem ao crime organizado, em que deixou de lado uma agenda reconstrutiva (2015). O autor aponta que Calderón cometeu erros estratégicos, não atendendo com proatividade na avaliação do cenário envolvente e tomando decisões imprudentes. Para além disso, ainda aponta que certos relatos o caracterizam com falta modéstia e desconfiança profunda, em que este era conhecido pelas suas explosões de raiva em reuniões de trabalho ou descontentamento perante críticas (Méndez, 2015). Adicionalmente, Bastidas aponta que o estilo de liderança do segundo presidente do PAN foi muito controverso, na medida em que aparentou ser um homem desconfiado e solitário, rodeado por uma equipa limitada, assim como não recetivo a críticas quer dos meios de comunicação, quer da oposição (2012).

Na ordem da política externa, Flores e Domínguez admitem que as perceções e preferências ideológicas impactam as relações entre o México e o mundo, especialmente com os EUA (2013). O presidente Felipe Calderón apresentou uma maior afinidade com os países latino-americanos, do que com os EUA, levando ao seu governo demonstrar um maior interesse em recompor as relações danificadas com certos países da região e reduziu o foco centrado no vizinho a norte, comparando com a presidência anterior (Flores e Domínguez 2013). Efetivamente, Flores reforça que Calderón não apoiava a revisão dos tratados de comércio com os EUA, como o NAFTA, mas sim que deviam tirar-se mais vantagens dos já existentes; defendendo a par a vocação latino-americana, reforçando os laços culturais, políticos e económicos (2010).

Apesar da importância da análise do perfil do próprio presidente, muitas das suas decisões acabam por ser também influenciadas pelo seu executivo. Deste modo, Méndez aponta que o gabinete de Calderón apresentou um perfil mais baixo, com funcionários poucos conhecidos a nível nacional e com pouca experiência político-administrativa (2015). A nomeação de Patricia Espinosa para a Secretaria das Relações Exteriores gerou alguma surpresa no meio diplomático e político, especificamente por ser pouco conhecida, mas também por ter se especulado anteriormente o nome de Arturo Sarukhán para a pasta, que acabou por ser nomeado embaixador nos EUA (Flores, 2010). Certos meios de comunicação relacionaram a sua nomeação com a necessidade de Calderón em assegurar a quota de género no seu gabinete. Na verdade, Flores admite que o executivo procurava profissionalizar a pasta das relações externas (dado que Espinosa fazia parte dos Serviços Externos Mexicanos), como também atribuir um perfil baixo à sua política externa (2010).

O então eleito presidente “panista” apresenta um perfil com capacidade para recuperar e restaurar alguns dos danos realizados por Fox, no entanto, existe uma certa continuidade na liderança por vezes impulsiva. Já no âmbito de política externa, verificam-se algumas ruturas nomeadamente a sua proximidade com a região da América Latina e a descentralização do foco na relação com os Estados Unidos. Contudo, tal como se tem verificado, o tema de política externa continuou a ser secundário para o próprio presidente, verificando-se pela sua nomeação para a pasta das relações exteriores.

4.1.2. Nível Estatal (Nacional)

As eleições que levaram à presidência Felipe Calderón foram marcadas pela vincada contestação por parte do seu principal opositor. Na verdade, apesar de ter ganho por uma escassa margem, o PAN alcançou os 206 deputados, apenas menos um que Vicente Fox, não tinha maioria na câmara, mas segundo Méndez, como não estava muito distante dela, acabava por lhe conceder alguma margem de manobra para exercer uma liderança legislativa (2015). Desta forma, o PAN procurou negociar com o PRI ao longo da governação, sendo dois partidos de direita com origens e estilos diferentes, mas com interesses compatíveis (Meyer, 2015).

O clima de polarização política no México generalizou-se, gerando instabilidade política e obrigando um maior esforço por parte do governo do PAN em provar a sua

legitimidade. Na tomada de posse de Calderón, em dezembro de 2006, o então presidente não conseguiu realizar o tradicional discurso perante o congresso, devido à contestação dos restantes partidos políticos, fazendo com que este tivesse de recorrer a outros meios para transmitir a sua mensagem à nação mexicana (Flores & Domínguez, 2013). Apesar de não abordar com clareza nenhuma temática de política externa, um dos principais temas abordados foi a segurança nacional, que se relaciona indiretamente com as relações externas do país, dado o carácter transnacional do narcotráfico e a onda de violência derivada do mesmo (Flores & Domínguez, 2013). No decorrer do mandato, a polarização política acentuou-se com as eleições legislativas intermédias, em julho de 2009, em que Calderón acabou por sofrer um golpe político, segundo Méndez, onde o PAN passou para 147 deputados e o PRI subiu para 242, transferindo a liderança legislativa para o antigo partido hegemónico (2015). De acordo com Méndez, apesar de inicialmente ter implementado reformas estratégicas em diferentes setores, ainda que com resultados modestos, o mesmo não se verificou na segunda metade do seu mandato, em que a maioria das políticas públicas foram reduzidas, por falta de capacidade de iniciativa legislativa (2015). De facto, a contestação política face a Calderón não se limitou ao início do seu mandato, sendo agravada com o resultado eleitoral intermédio que colocou em causa a sua atuação política por falta de apoio.

Retomando a questão da segurança nacional, o combate ao narcotráfico e as consequências derivadas do mesmo eram um dos principais tópicos na agenda de Calderón, procurando alcançar mudanças drásticas neste sentido. Iniciou de imediato operações militares, cujo objetivo era responder de forma decisiva à perda de controlo territorial do governo local e à crescente violência propagada pelo crime organizado (Meyer, 2015). Contudo, segundo Meyer, os resultados ficaram aquém dos esperados, dado que a ação não terá sido bem planeada, o uso da força sobrepôs-se ao trabalho de inteligência, e o espetáculo à eficácia (2015). Na verdade, segundo o autor, esta abordagem inspirou-se na “Guerra às Drogas” protagonizada pelos Estados Unidos, em que o foco se centrou no ataque à oferta, colocando de lado as causas sociais que levaram milhares de jovens da classe trabalhadora a se juntarem ao mundo do crime organizado (Meyer, 2015). O clima de insegurança generalizada intensificou devido não só ao confrontos entre o exército e os grupos criminosos, mas também pelas consecutivas violações aos direitos humanos (Méndez, 2015). Segundo Bastidas, durante a governação de Calderón, verificou-se o maior número de mexicanos assassinados de forma violenta (2012). Tal como Meyer, Bastidas argumenta que o presidente falhou no diagnóstico e na dimensão do problema do narcotráfico, com a criminalidade subjacente ao mesmo, desde

sequestros a homicídios (2012). A falta de uma visão integral, estratégica e ordenada do conflito fez com que cerca de 70 mil pessoas falecessem, outros milhares desaparecessem e ainda perto de 200 mil ficassem deslocados, às mãos da guerra contra o narcotráfico durante o segundo mandato do PAN, colocando o México entre os estados com maiores índices de violência (Bastidas, 2012; Meyer, 2015).

Devido principalmente a este fator, a pobreza no México aumentou, com a degradação da segurança e das condições básicas de vida da população. Segundo dados da Comissão Económica para a América Latina e as Caraíbas (CEPAL) das Nações Unidas, o nível de pobreza e de extrema pobreza, passou de 31,7% para 37,1% e de 8,7% para 14,2%, respetivamente (2013). Esta regressão a nível social, colocou em causa a ligeira melhoria das condições de vida e diminuição das desigualdades sociais alcançadas pela administração anterior (Meyer, 2015). Adicionalmente, a nível económico, de acordo com dados do Banco Mundial, o Produto Interno Bruto per capita, apresentou uma tendência maioritariamente decrescente (World Bank, 2025).

A nível doméstico, o tema da política externa mexicana não era algo completamente despercebido pelos seus nacionais, pelo contrário, de acordo com Schiavon, pouco mais de metade dos mexicanos apresentam muito ou algum interesse pelas relações do país com o mundo (2013). No entanto, este interesse centrava-se no rumo da política externa centrado em temas relativos às suas condições de vida, bem-estar, segurança e até prestígio nacional, privilegiando meios pacíficos. Em termos de preferências regionais o continente americano apresenta-se como principal prioridade, sendo que as suas prioridades estão concentradas entre a América do Norte e a América Latina, nomeadamente no espaço geográfico mais próximo (Schiavon, 2013).

4.1.3. Nível do Sistema (Internacional)

No âmbito internacional, o cenário não apresentava condições muito mais favoráveis, segundo Flores e Domínguez (2013). Os autores apontam a crise financeira mundial de 2008, que expôs a vulnerabilidade consequente da crescente globalização da interdependência económica no mundo. Nesta ordem, as manobras especulativas do setor financeiro norte-americano foram o principal fator que afetou diretamente o mercado mexicano, devido à sua

próxima ligação económica e comercial aos EUA (Meyer, 2015). O baixo crescimento do PIB deveu-se também à crise que afetou diversos setores da economia mexicana, impactando a oferta de trabalho no país. Desta forma, verificou-se, de novo, uma significativa afluência de mexicanos à fronteira com os Estados Unidos à procura de melhores condições de vida, levando a que em 2012 houvesse cerca de 12 milhões de migrantes a viver no país vizinho (cerca de 10% da população total do México) (Meyer, 2015).

Por outro lado, a hegemonia norte-americana no sistema internacional, especialmente a nível militar e económico, acabava por limitar a agenda mundial, seguindo os seus interesses na luta contra o terrorismo (Flores & Domínguez, 2013). Apesar de a administração de Bush estar prestes a terminar no início da presidência de Calderón, o foco da altura centrava-se no fracasso da guerra contra o Iraque. Porém, proporcionaram-se novos fatores a nível internacional que marcaram a segunda metade do mandato do presidente do PAN. De acordo com Flores e Domínguez, os efeitos prejudiciais da crise financeira diminuíram e a mudança no executivo norte-americano trouxe um novo ar para a política externa norte-americana (2013). Com a chegada de Barack Obama à presidência norte-americana, a luta contra o terrorismo internacional deixou de ser a principal prioridade para Washington.

Relativamente, ao sul do continente, a primeira década do século XXI foi marcada pela ascensão dos governos à esquerda do espectro político – vulgarmente conhecida como “maré rosa” – tendo facilitado a cooperação entre si (Nolte, 2022). Porém, dada a governação mexicana à direita e a incompatibilidade de interesses, certos atritos foram criados nas relações com alguns países na América Latina, durante a presidência de Fox (Velasco, 2013). Assim, é possível identificar três elementos-chave que poderão moldar a orientação da política externa de Felipe Calderón, nomeadamente, a crise de 2008, a hegemonia dos EUA e as relações degradadas com a América Latina. Mais uma vez, o presidente mexicano viu-se perante um cenário sensível e até com uma certa limitação na sua atuação.

4.1.4. Oportunidades e Constrangimentos: entre a América do Norte e a América Latina

Dado o contexto envolvente, englobando os diferentes fatores, evidenciou-se que a política externa não foi a principal preocupação da administração de Calderón, mas sim o crime organizado e a insegurança gerada pelo mesmo. Na verdade, esta questão acaba por estar

vinculada à política externa, devido ao seu carácter transnacional, sendo crucial analisar como é que estes fatores influenciaram a condução de política externa de Calderón.

Analisando primeiramente a relação do México com os países norte-americanos, verificou-se, inicialmente, um certo distanciamento face ao seu antecessor. Segundo Flores, o primeiro ano da nova administração apresentou um perfil baixo face aos Estados Unidos, não sendo realizada qualquer visita oficial, nem encontros do mais alto nível durante este período (2010). O autor aponta por um lado para a preocupação de Calderón com os problemas domésticos vividos, como o narcotráfico, e por outro a perda de prestígio da administração de Bush, que chegava ao seu fim. Enquanto Flores e Domínguez, num outro artigo, acrescentam que este certo afastamento derivava da sua preferência ideológica com a América Latina em detrimento dos EUA (2013). No entanto, esta atitude inicial não estagnou o relacionamento histórico entre os dois países, pelo contrário verificou-se uma mudança de prioridades na agenda bilateral mexicana. Enquanto Calderón durante a sua campanha tenha colocado a questão migratória como imprescindível, com a sua chegada à presidência, a agenda “securitizou-se”. De acordo com Flores, apesar da importância das questões comerciais, financeiras e migratórias, especialmente no clima da crise de 2008, a segurança dominou a relação com os Estados Unidos, seguindo o rumo da política externa de Washington (2010).

De facto, o narcotráfico apresentava-se como uma ameaça existencial ao estado mexicano, levando o recém-eleito presidente a recorrer à cooperação norte-americana para combater tal afronte, abandonando qualquer reticência face aos EUA (Cruz, 2013). Apesar da visita do presidente norte-americano, George Bush, à cidade Mérida no México, em março de 2007, não ser relacionada com a temática, o governo de Calderón aproveitou a oportunidade para reforçar a necessidade de fortalecer e aumentar a cooperação bilateral na luta contra o narcotráfico que afetava os dois países (Flores, 2010). Segundo Flores, o presidente procurava não só persuadir o reconhecimento da coresponsabilidade norte-americana no narcotráfico – o consumo das drogas produzidas na América Latina centrava-se nos EUA –, como também colocar de lado a subordinação histórica face aos Estados Unidos, exigindo esse reconhecimento em troca da sua disposição em cooperar (2010). Desta reunião, e de muitas outras que se seguiram, surgiu a então conhecida Iniciativa de Mérida, anunciada sete meses depois.

Este acordo de cooperação securitária consistiu num pacote de assistência de 1.600 milhões de dólares repartidos ao longo de três anos, através da transferência de equipamentos,

maioritariamente militares e informáticos, assim como da criação de programas de qualificação e de troca de informação com vista o fortalecimento das capacidades operacionais das forças de segurança mexicana (Estrada, 2012). No entanto, em nenhum caso seria permitido a intervenção das forças militares norte-americanas em qualquer operação, algo deixado explícito pelo governo de Calderón. Segundo Estrada, a militarização do presente plano foi a sua principal falha ao não priorizar as falhas das políticas públicas nacionais e das desigualdades sociais, agravando a violência e a insegurança no país (2012). De qualquer modo, a coordenação entre o México e os EUA representou um marco significativo na sua relação bilateral, em grande medida pelo facto de ter levado os Estados Unidos a reconhecerem explicitamente a sua parte da responsabilidade no problema. Consequentemente, a cooperação entre os dois países intensificou-se, com dezenas de reuniões bilaterais a nível da defesa e da inteligência, destacando-se o estabelecimento do Grupo de Contacto de Alto Nível³ (Cruz, 2013). Já com Obama na Casa Branca, decorreu a segunda etapa da Iniciativa Mérida, em que foram destinados 800 milhões de dólares no mesmo sentido pelo período de 2011 e 2013. O autor Cruz admite que este aprofundamento em cooperação redefiniu a relação bilateral entre os dois países, no entanto também realça certas tensões que surgiram (2013). Efetivamente, não só o processo de consolidação da Iniciativa de Mérida foi alvo de condicionamentos por parte de alguns legisladores norte-americanos que procuravam afetar a proposta, como também foram colocadas queixas na sua implementação por diversos setores mexicanos, nomeadamente no atraso da entrega dos equipamentos. Na verdade, apesar de Cruz (2013) reconhecer que este nível de cooperação simbolizou um marco importante e uma certa mudança de paradigma na relação entre os dois países, Estrada (2012) contrapõe reforçando que na verdade a cooperação baseou-se numa responsabilização norte-americana “*de jure*” e não “*de facto*” perante o fator transnacional inerente ao crime organizado, desvalorizando a raiz do problema e focando-se apenas na sua preocupação securitária.

A chegada de Barack Obama ao executivo norte-americano abarcou uma certa expectativa de mudança na política externa dos EUA perante o México. De facto, em 2009, Calderón teve a oportunidade de ser o único presidente recebido pelo presidente eleito dos EUA, antes da sua tomada de posse em janeiro do mesmo ano (Flores & Domínguez, 2013). Semelhantemente, a primeira viagem de Hillary Clinton, a então Secretária de Estado, à América Latina teve lugar no México. Em ambas as ocasiões foram discutidos os assuntos de

³ Mecanismo bilateral com a função de supervisão de direção da cooperação a nível securitário.

segurança e do narcotráfico, tendo do último surgido o organismo de cooperação bilateral em matéria de segurança entre os Estados Unidos e o México, denominado “*Oficina de Implementación Bilateral*” (Flores & Domínguez, 2013). No entanto, Flores aponta que a natureza da relação entre estes dois países, nomeadamente assimétrica, interdependente, complicada e intensa, com a sua própria dinâmica, não depende da alternância governamental (2011).

Embora Obama tenha propagado ao longo da sua campanha eleitoral três questões-chave, a reforma migratória, a renegociação do NAFTA e a luta contra o narcotráfico, que captaram o eleitorado de origem mexicana, assim que tomou posse, a realidade demonstrou que o México não representava um assunto prioritário na sua governação, caindo na retórica do discurso (Flores, 2011). Enquanto Espinosa efetuou sete visitas oficiais aos EUA e Calderón por dezasseis vezes, os seus homólogos norte-americanos apenas realizaram, respetivamente, três e duas visitas. Segundo Flores, em junção com o facto de nenhuma das visitas de Obama ter sido exclusivamente para se reunir com Calderón – ocorrendo sempre em contextos multilaterais –, demonstra-se que apesar de para o México os Estados Unidos constituíam uma das suas principais prioridades de política externa, não se verificava reciprocidade (2011).

Na verdade, constatou-se alguns episódios que agravaram a tensão entre os dois países. Em 2009, foi discutido nos meandros governamentais norte-americanos a possibilidade de o México se tornar num “Estado Falhado”, tendo até Clinton sugerido que o governo mexicano não controlava determinadas áreas do seu território e que existia um movimento insurgente no país, algo que não foi levado de bom grado pelas autoridades mexicanas (Cruz, 2013). Em resposta, Espinosa rejeitou tal possibilidade e Calderón afirmou que o México não tinha perdido o controlo do seu território, nem era um “Estado Falhado”, e que tais acusações ponham em causa o seu combate ao narcotráfico (Flores, 2010). Neste sentido, Clinton, numa tentativa de apaziguar o clima de tensão numa conferência de imprensa em conjunta com as autoridades mexicanas, assegurou que não existiam territórios incontrolláveis no país vizinho e que o narcotráfico certamente iria fracassar (Flores, 2010).

Porém, seguiu-se a fuga de informações confidenciais do Departamento de Estado norte-americano – conhecida por *Wikileaks* – onde a relação entre os dois países deparou-se com mais um período de instabilidade. Veio ao conhecimento público, as comunicações da embaixada dos EUA no México para os serviços internos norte-americanos, em que esta criticava fortemente a coordenação interna dos serviços mexicanos responsáveis pela luta ao

crime organizado, nomeadamente a Secretaria da Defesa (Flores, 2011). O presidente mexicano em resposta reforçou que não iria tolerar qualquer tipo de intervenção, admitindo não confiar no embaixador norte-americano no México. O então embaixador, Carlos Pascual, acabou por renunciar o seu cargo justificando a saída como uma tentativa de não agravar as tensões diplomáticas (Cruz, 2013). Na verdade, a nomeação de Pascual não foi do agrado de Calderón, dado que o primeiro era um conhecido especialista em “Estados Falhados”, gerando descontentamento no presidente mexicano, evidente por não ter convidado de forma oficial e exclusiva o embaixador à sua residência oficial (Los Pinos). Cruz admite que Calderón tornou impossível o trabalho diplomático dos EUA no México, apontando fontes credíveis que alegam reações exageradas, tendo este chegado ao extremo de se recusar a receber Clinton e o respetivo embaixador em Los Pinos (2013). Contudo, as tensões comprovaram a resiliência da cooperação securitária entre os dois países que não foi abalada pelos episódios em questão, sendo que nenhum dos dois procurava arriscar o trabalho já realizado na luta contra o narcotráfico (Cruz, 2013). Segundo Flores e Domínguez, as tensões diplomáticas sentiram-se, principalmente, ao nível das perceções, embora reforçadas através dos canais formais na manutenção das relações bilaterais (2013).

Ainda no âmbito da América do Norte, a relação com o Canadá manteve-se cordial, com cooperação setorial e algumas visitas oficiais trocadas. Segundo Cruz, a relação manteve uma certa inércia prolongada na governação de Calderón, em que os temas que dominavam a agenda para além da segurança, centravam-se na Aliança México-Canadá – que de acordo com o autor demonstrava pouco dinamismo (2013). Já a nível económico, o Canadá tornou-se o terceiro parceiro comercial do México, consolidando uma posição crucial enquanto aliado económico durante a presidência de Calderón.

Quanto à política externa direcionada aos países a sul do México, Calderón procurou marcar pela diferença comparativamente ao seu antecessor. Segundo González e Flores, o novo executivo não procurou lançar um novo género de política externa, mas reestabelecer e manter as relações com os países da América Latina e das Caraíbas dado o contexto de fragmentação regional (2013). De facto, assinalou-se no início do mandato de Calderón uma certa aproximação à região latino-americana, motivada por dois fatores: a procura de legitimidade política a nível externo e a restauração das relações fragilizadas pelas anterior administração (González & Flores, 2013). Primeiramente, a polarização política vivida no campo político mexicano, que colocava em causa a legitimidade democrática do novo presidente, fez com que

este procurasse no aprofundamento das relações com os países latino-americanos, (especialmente perante governos de esquerda), validação e consenso interno. Neste sentido, surge o segundo fator, a reparação das relações deterioradas com a América Latina, geradas pelas crises diplomática protagonizadas por Vicente Fox, que levaram Calderón a procurar recuperar a presença e a influência do México na região, recompondo o seu estatuto, realçando a sua afinidade com a região (González & Flores, 2013; Covarrubias, 2016). Após a tomada de posse, as suas primeiras viagens internacionais realizadas foram à América Central, nomeadamente a Nicarágua e a El Salvador, em 2007 (Añuez & Lallande, 2015). Em termos gerais, a América Latina foi protagonista de quase metade das viagens internacionais de Calderón (46.9%), com 167 encontros com presidentes latino-americanos, resultando em 37% dos acordos internacionais assinados (González & Flores, 2013).

A recuperação dos danos causados pelas crises diplomáticas de Fox na América Latina centrou-se, principalmente, em dois países, Cuba e Venezuela. De facto, ambos os países chegaram a cortar as relações com o México, daí a responsabilidade acrescida para restaurar os laços entre si. Segundo Flores, o caminho percorrido no apaziguamento das relações foi semelhante (2011). No que diz respeito a Cuba, o executivo de Calderón tomou ações para o restabelecimento das relações diplomáticas, que se traduziram em visitas da Secretária das Relações Externas do México ao país em 2008 e 2009, na nomeação de um novo embaixador para Cuba, Gabriel Jiménez (próximo do presidente mexicano e reconhecido por Fidel Castro) e na visita de Calderón a Havana em 2012, reunindo-se com Fidel e com o arcebispo da cidade (Añuez & Lallande, 2015; Covarrubias 2016). Ambos os países tomaram a decisão de colocar de lado qualquer animosidade passada, garantindo a cooperação e manutenção das relações entre os dois países. Os esforços mexicanos foram retribuídos por Cuba, destacando-se a visita de Pérez Roque, ministro das Relações Exteriores de Cuba, ao México em 2008, que levou à assinatura de um memorando de entendimento sobre um tema importante para ambos, a migração (Flores, 2011). Relativamente à Venezuela, o principal ato de reconciliação foi a nomeação de novos embaixadores nos respetivos países, Jesús Mario Chacón para embaixador mexicano na Venezuela e Roy Chaderton para embaixador venezuelano no México, dado que ambos os governos tinham retirado os seus respetivos representantes no país em 2005 (Añuez & Lallande, 2015). Deste modo, a relação entre os dois países foi normalizada, tendo até Hugo Chávez, então presidente da Venezuela, convidado Calderón a visitar o país (Flores & Domínguez, 2013).

Em 2009, com o golpe de estado nas Honduras surgiu a oportunidade de a política externa mexicana relançar-se no âmbito multilateral e na liderança regional na América Latina, segundo González e Flores (2013). No seguimento do golpe de estado no país, que levou à saída forçada do presidente Manuel Zelaya e à nomeação de Roberto Micheletti, o México, não só condenou o ato e negou o reconhecimento do recém governo de facto, como também retirou o seu embaixador do país. Enquanto a questão encontrava-se nas mãos da Organização dos Estados Americanos a nível multilateral, Calderón, enquanto presidente do Grupo do Rio, interveio diretamente no conflito convidando Zelaya ao México, sendo este recebido como chefe de estado – indo de encontro com a Doutrina Estrada (González & Flores, 2013). Apesar da visita de Zelaya ter sido encurtada, após o mesmo ter feito declarações em favor de AMLO, o México manteve o seu apoio à mediação do conflito, levando a uma segunda visita ao estado mexicano meses depois. Neste caso, foi mediado um salvo-conduto para a saída do ex-presidente do território hondurenho, porém a eventualidade de uma receção como exilado foi negada por Calderón, apesar do seu compromisso na procura de uma solução pacífica. No entanto, apesar das diversas ações, o México acabou por não exercer o desejado papel ativo no conflito, tendo sido sobreposto pela liderança brasileira no subcontinente, que acabou por dominar a sua mediação e resolução (Añuez & Lallande, 2015). Neste sentido, Covarrubias e González e Flores admitem que apesar de o México reafirmar a sua posição a favor da democracia e procurar aproximar-se da região, acaba por fracassar na tentativa de projetar a sua liderança na região, por não ter a capacidade suficiente de interlocução (2016; 2013).

Efetivamente, durante a presidência de Calderón, apesar de Covarrubias e Añuez e Lallande apontarem que os executivos mexicanos e brasileiros procuraram pôr de lado as suas diferenças e dar um novo recomeço à relação bilateral, realçam algumas situações no âmbito político-comercial que estimularam a rivalidade entre os dois países (2016; 2015). O cancelamento da participação de Lula da Silva na COP-16 que se encontrava a decorrer em Cancún, no México (que gerou descontentamento por parte de Calderón) e os obstáculos colocados por setores internos do México no fim da negociação de o acordo comercial (até então bem-sucedida) colocaram à tona as tensões subliminares entre os dois países, onde persistiu a desconfiança, conduzindo as relações diplomáticas a um ritmo lento e cauteloso (Añuez & Lallande, 2015). De facto, o Brasil vinha cada vez mais a procurar ganhar terreno na liderança regional, especialmente na América do Sul, rivalizando e colocando em causa uma possível liderança mexicana na América Latina, que se encontrava cada vez mais fraca. Além disso, a reduzida convergência ideológica com muitos dos governos da região – predominância

da esquerda – impôs algumas limitações na política externa de Calderón, que fazia parte da ala à direita do espectro político, abrindo espaço para que países como a Venezuela e o Brasil conseguissem projetar a sua liderança mais ativamente (González & Flores, 2013).

No âmbito multilateral, dado o esforço do governo mexicano no Grupo do Rio, este obteve a Secretaria temporária entre 2008 e 2010, o que, segundo Covarrubias, surge como uma tentativa de reforçar a sua presença na região (2016). Nesta ordem e fazendo face à tentativa brasileira em criar uma organização na região que pudesse excluir o México, o governo de Calderón usou a sua posição vantajosa no Grupo do Rio, convocando uma cimeira, em 2010, com o objetivo de unir os países presentes na iniciativa brasileira aos restantes, levando à criação da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC). Desta forma, demonstrou o seu poder de convocatória nos restantes estados da América Latina e o sucesso da sua diplomacia em agregar todos os países (Covarrubias, 2016). O principal objetivo da então recente organização regional era fomentar a cooperação política entre os seus estados-membros, com destaque adicional para a cooperação económica, com a promoção de fóruns de discussão sobre essas temáticas no sistema internacional (Franzoni & Carvalho, 2023). Segundo Franzoni e Carvalho, apesar da CELAC apresentar-se para o México como uma ponte de cooperação face à restante América Latina, acabou por perder o seu dinamismo ao longo do tempo (2023). Em concordância, González e Flores admitem que a tentativa do México em fazer face às restantes lideranças regionais na América do Sul não derivou resultados significativos, o Grupo do Rio extinguiu-se e a liderança mexicana na CELAC desapareceu após o seu lançamento (2013).

Na América Central, Calderón procurou relançar o Plano Puebla Panamá, através da convocação de uma cúpula de alto nível, com uma nova denominação, Projeto Mesoamérica, incluindo a Colômbia, reavendo a sua liderança na região (González & Flores, 2013). Añez e Lallande apontam que o projeto tinha por base o diálogo e a coordenação da cooperação, desenvolvimento e integração entre os países da região, no entanto, Flores e Dominguez admitem que Calderón acabou por instrumentalizá-lo projetando os seus interesses nacionais, ao implementar um plano contra o narcotráfico para a região (2015; 2013). Na verdade, os autores admitem que o governo mexicano procurou transpor para a América Central as suas principais prioridades, o combate às drogas e a segurança nacional.

Em 2012, perto do fim do mandato de Calderón, foi impulsionado a criação da Aliança do Pacífico, que juntava o México, o Perú, a Colômbia e o Chile, cujos objetivos centravam-

se na promoção do crescimento económico, no estabelecimento de uma estrutura política, económica e comercial com a região da Ásia-Pacífico e na construção de uma área de livre circulação de bens, pessoas, serviços e capitais (Franzoni & Carvalho, 2023). Em oposição à CELAC, esta nova iniciativa permitia ao México colocar um maior ênfase nos seus interesses económicos e comerciais, dada a sua baixa institucionalização (Franzoni & Carvalho, 2023). De facto, a diversificação das relações do México era um dos objetivos de política externa de Calderón. Porém, de acordo com Añuez e Lallande, a relevância da América Latina para o México centrou-se no âmbito retórico e discursos e falhou na prática sem políticas e ações concretas (2015).

A nível comercial, em termos absolutos, verificou-se um crescimento significativo, com um grande dinamismo na troca de bens e serviços entre o México e os países da América Latina (González & Flores, 2013). Entre 2007 e 2011, o comércio total entre o estado mexicano e os países latino-americanos constatou um aumento de 29,8% - crescimento mais elevado comparado aos números com os EUA. No entanto, apesar desta intensidade que gerou um *superavit* no final do mandato de Calderón, em 2012 o comércio externo do México com os países latino-americanos apenas constituía 6% da sua totalidade, sendo a maioria dominado pelos Estados Unidos (González & Flores, 2013).

Em suma, apesar das adversidades e das crises políticas entre o México e os Estados Unidos, a política externa mexicana acabou por ter uma maior propensão para a América do Norte, nomeadamente com as diversas iniciativas criadas colocadas em prática. De facto, a partilha de interesses pelas questões de segurança – dado o contexto interno mexicano –, aliada à dependência económico-comercial mexicana face aos EUA, uma das principais potências hegemónicas a nível global, demonstra as limitações de atuação da política externa do México. Felipe Calderón procurou tentar mudar, mesmo que não intensivamente, esta tendência, com a sua vocação pessoal em prol da América Latina. Este interesse pessoal do presidente mexicano, manifestou-se em diferentes casos, desde visitas de estado, reconciliações com países vizinhos (Cuba e Venezuela) e até criação de iniciativas regionais (CELAC). Contudo, apresentou dificuldades em sair da retórica e do discurso na política externa mexicana, ficando aquém dos seus objetivos iniciais, não só devido aos esforços realizados por outros países latino-americanos para dominar a liderança regional, como também, e principalmente, pela ligação incontornável do México com os Estados Unidos.

4.2. Enrique Peña Nieto (2012-2018)

Após dois mandatos presidenciais, em 2012, o PAN perdeu as eleições com o retorno do antigo partido hegemónico, o PRI à presidência. Segundo Mayer-Serra, quando o PRI saiu do poder, há doze anos, com setenta e um anos no poder, dominou a esperança de uma mudança profunda na democracia mexicana, em que dificilmente se equacionava o seu regresso ao governo (2013). No entanto, esta (re)ascensão ao poder coloca-o numa posição única a nível mundial, como partido hegemónico que foi afastado do poder, mas que após algum tempo recupera a sua força nas urnas eleitorais (Hernández, 2013). A alternância conquistada pelo PAN acabou por ter uma duração curta, com a vitória de Enrique Peña Nieto, em julho de 2012, levando ao questionamento dos fatores que influenciaram o regresso do partido da ditadura aos Los Pinos e como é que este impactaria a política externa mexicana.

De acordo com Mayer-Serra e Flores-Macías, o PRI não mudou a sua ideologia, nem procurou rever o seu passado ditatorial, pelo contrário o conservadorismo do partido foi uma das ferramentas que o levaram à presidência de novo (2013; 2013). Apesar de Peña Nieto representar uma nova e mais jovem ala no partido, a maioria do seu governo foi composto pelas mesmas caras que marcaram o período hegemónico do PRI. De facto, a eleição do candidato do PRI deve-se a uma multiplicidade de fatores, interligados entre si, desde as falhas de Fox e Calderón até à propaganda televisiva (Hernández, 2013). Serra admite dois eixos cruciais que moldaram o resultado eleitoral: os fracos adversários e uma campanha robusta (2013). O crescimento económico no México ficou aquém das expectativas da população mexicana, que viu a pobreza a crescer e o fosso das desigualdades a aumentar. Além disso, a guerra contra o narcotráfico gerou ondas de violências com números exuberantes, colocando-o entre um dos estados mais perigosos da região. O mau desempenho dos governos do PAN, aponta Mayer-Serra, deveu-se à sua incapacidade de gestão eficiente dos recursos à sua disposição, admitindo que Fox carecia de experiência administrativa, enquanto Calderón falhou em consolidar a sua autoridade (2013).

Adicionalmente, o mérito assenta também no próprio partido, PRI, por ter escolhido um candidato convincente. Peña Nieto era olhado positivamente pelos mexicanos, sendo um homem jovem e educado, tendo sido cuidadosamente instruído pelas grandes figuras do partido (Serra, 2013). De acordo com Flores-Macías, apesar das suas propostas consideradas vagas, o seu relacionamento próximo com as emissoras de televisão do país concedeu-lhe uma cobertura mediática favorável, em que coincidentemente Peña Nieto liderava as sondagens do público

(2013). O alegado favorecimento levou a que os seus críticos argumentassem que o setor mediático fabricou uma imagem positiva do candidato, contribuindo para a sua vitória (Serra, 2013). O sentimento de familiaridade do partido vastamente conhecido pela população, em que era já conhecido os seus meios de governação – decisões rápidas, subsídios generosos e paz generalizada – fizeram com que um voto no expectável fosse o mais estável, tendo este se autoproclamado como partido centrista.

Assim, o PRI ganhou as eleições por uma percentagem consideravelmente menor do que as previstas nas sondagens, com 38,21% da votação total, colocando López Obrador em segundo lugar, com 31,59% e Josefina Vázquez Mota, candidata do PAN com 25,41% (Mayer-Serra, 2013). Peña Nieto tomou posse a 1 de dezembro de 2012, numa cerimónia relativamente pacífica, contrariamente à do seu antecessor, apesar dos protestos violentos que ocorreram e a negação do seu principal opositor em reconhecer a sua vitória. O novo presidente do México encontrava-se diante um país ainda dividido, com um clima de violência generalizado e com um cenário socioeconómico fragilizado. Segundo Hernández, tendo em conta os primeiros dias do novo regime e das suas promessas eleitorais, tornou-se expectável a implementação de uma agenda agressiva a nível de modernização económica e de políticas sociais, enquanto igualmente foram demonstrados sinais em que este regime não hesitaria em enfrentar os seus opositores com velhas estratégias (2013).

No que diz respeito à política externa, Mayer-Serra aponta, que para o México alcançar uma maior capacidade de projeção para o exterior, isto implicará um esforço acrescido para reconfigurar as suas relações (2013). Peña Nieto, nos objetivos presentes no seu Plano de Desenvolvimento Nacional 2013-2018, colocou em quinto lugar a prioridade de recuperar a responsabilidade global do México. Efetivamente, o ponto referente à condução da sua política externa estendia-se em quatro segmentos chave: ampliar e fortalecer a presença do México no mundo, consolidando a sua relação e posição, com as diferentes regiões mundiais, destacando a América do Norte e a América Latina; promover o valor do México no mundo, através da divulgação económica, cultural e turística; reafirmar o compromisso do país com o comércio livre, a integração produtiva e a mobilidade de capital, através do aprofundamento da abertura comercial com a economia global e fomentando a integração regional; e por fim, zelar pelos interesses dos nacionais mexicanos no estrangeiro e proteger os direitos dos estrangeiros em solo mexicano (2013). Na verdade, não se destacam grandes traços de rutura com os seus

antecessores neste sentido, o enfoque dado é o mesmo, a manutenção das relações com as regiões vizinhas e a projeção do estado mexicano no sistema internacional.

4.2.1. Nível Individual

Peña Nieto integra o PRI desde a sua juventude, tendo iniciado a sua atividade no partido em 1984 (Seelke, 2012). Dada a sua formação em direito, começou o seu trabalho governamental como advogado pelo estado do México em 1993. Posteriormente assumiu cargos políticos, tornando-se Secretário estatal da Administração entre 2000 e 2002 e portavoz do seu partido, enquanto deputado no congresso mexicano entre 2003 e 2004. Em 2005 foi eleito governador do seu estado natal – estado do México, um dos principais do país – dirigindo a governação estatal até 2011 (Seelke, 2012). No fim do seu mandato, apresentou um relatório realçando os sucessos do seu período de vigência enquanto governador, projetando-os na sua campanha presidencial, procurando apresentar-se como um líder eficaz, apesar dos seus opositores e críticos questionarem a factualidade e a praticidade de tais afirmações.

Na verdade, Peña Nieto procurou acima de tudo projetar uma imagem positiva e robusta na tentativa de atrair votos. Segundo Ferreira, os seus principais críticos apontam que Montiel – figura influente no PRI – moldou vincadamente o seu percurso político, introduzindo-o ao mundo partidário (2012). De igual modo, Serra admite que o trajeto de Nieto no PRI foi influenciado pelos seus proeminentes líderes, sendo treinado e aconselhado pelos mesmo, vindo a fazer parte de uma nova geração de membros mais pragmáticos e modernos no partido (2013). Desta forma, usou a sua elegância e cortesia como principal arma a seu favor na campanha, em prol das suas posições concretas sobre os assuntos em debate. Nieto passava a imagem de um líder eficiente e de confiança, com uma grande capacidade de articulação política e discursiva, a par da sua praticidade, transmitindo uma visão ambiciosa e visionária de uma liderança com uma nova geração, não só no PRI, como também no futuro do México (Botello & Magnoni, 2016). No entanto, este perfil fortemente mediático e concebido foi apontado pelos seus críticos como artificial, sem prática concreta.

De facto, esta imagem foi progressivamente manchada pelas ações tomadas por Nieto ao longo da sua governação. A corrupção teve um papel decisivo nesse sentido, dados os diversos casos vindos a público que revelavam favorecimentos políticos e empresariais,

especialmente por parte do próprio presidente e do seu corpo político próximo (Rodríguez, 2025). Perante o cenário, Nieto terá afirmado que a extinção da corrupção no país seria impossível por ser um fator intrinsecamente ligado à cultura mexicana, portanto algo natural, levando a que tolerância excessiva colocasse em causa a sua reputação presidencial. De acordo com Rodríguez, entre 2013 e 2016, num espaço de seis anos o presidente mexicano passou de 48% de taxa de aprovação do público para 34% e em 2016, para 22% (2015). O autor admite que a queda abrupta do PRI assenta especialmente nas ações de Peña Nieto, dada a sua ineficiência governativa, com falhas práticas, destacando-se a sua incapacidade de resolução de conflitos. Evidentemente, apesar da então nova cara do PRI prometer ares de mudança, não só no partido, como também no governo mexicana, verificaram-se as mesmas tendências que marcaram o período autoritário em que governou.

No plano da política externa, a pasta das relações externas passou por três lideranças. Primeiramente com José Meade Kuribreña, transmitindo uma mensagem de continuidade, mas reforçando o enfoque na vertente económica e a expansão das relações comerciais, tendo em conta que Kuribreña foi Secretário de Estado da Fazenda durante a presidência de Calderón (Flores & Ulloa, 2019). Ulloa argumenta que a sua nomeação indica que o condução de política externa do México teria uma forte componente económica, confirmando-se com o esforço de Kuribreña em realizar visitas e reuniões visando fortalecer os laços comerciais (2014). Com a transferência de Kuribreña para o secretariado de Desenvolvimento Social, Claudia Ruiz Salinas assumiu as Relações Externas por pouco tempo, apresentando um desempenho positivo, até à nomeação oficial de Luis Videgaray (Flores & Ulloa, 2019). Após a sua demissão da pasta da Fazenda, foi nomeado, enquanto Secretário das Relações Externas, em 2017 – período em que Trump chegou à Casa Branca – dada a sua proximidade com os Estados Unidos, cuja mantém uma boa relação de diálogo com as autoridades norte-americanas, demonstrando a importância dos EUA para a política externa mexicana (Franzoni, 2017).

4.2.2. Nível Estatal (Nacional)

O início do mandato de Nieto foi marcado pelo clima de esperança que alargou a sua margem de ação (Flores & Ulloa, 2019). Apesar de algumas dissidências internas, nomeadamente o movimento estudantil “*YoSoy132*”, que reivindicava a liberdade de expressão com protestos nacionais, o resultado eleitoral reconhecido, o consenso interno e as reformas

estruturais, no âmbito fiscal, energético e educacional, traduziram-se em oportunidades para o novo presidente fazer face aos seus objetivos exteriores com um maior discernimento (Flores-Macías, 2013; Flores e Ulloa, 2019). No entanto, segundo Flores e Ulloa, o contexto alternou-se significativamente ainda antes de atingir a primeira metade do seu mandato, especialmente devido à violência generalizada no país, à corrupção governativa abundante e à queda do preço do petróleo (2019).

De facto, um dos principais problemas enfrentados por Peña Nieto foi a insegurança nacional sustentada ao longo de todo o seu mandato, com o fortalecimento dos carteis de narcotráfico e a consequente intensificação dos homicídios (Rodríguez, 2025). Enquanto em 2012, registaram-se cerca de 20.5 mil homicídios, no seu último ano de governação ocorreram cerca 33.3 mil, compilando cerca de 157 mil homicídios no total do seu mandato, embora as suas promessas em reduzir os assassinatos violentos, a questão não passou do plano discursivo, argumenta Arroyo-Macías (2018). O autor aponta como principal causa, a falha na estratégia elaborada por Peña Nieto, em que apesar de terem sido criados meios e organismos, os mesmos verificaram-se desadequados e ineficientes. Consequentemente, a tendência exponencial do número de homicídios no país manteve-se, bem como outros crimes como sequestro e extorsão. Estes crimes passaram a ser notícias comuns no país, destacando-se o caso do sequestro e desaparecimento de 43 estudantes da escola de Ayotzinapa, em setembro de 2014 (Rodrigues & Labate, 2019). Este episódio foi acompanhado com um cuidado e tratamento descauteloso e tardio por parte do governo federal, em que, segundo Rodríguez, agravou a perceção negativa do governo por parte da população, cujos indícios apontaram para o cartel local como possíveis culpados (2025). No decurso do mandato de Nieto existiam nove organizações criminosas preponderantes que disseminavam a violência a um pouco em todo o país (Arroyo-Macías 2018).

Apesar da segurança representar a principal preocupação dos mexicanos, seguia-se pela corrupção que marcava o campo político (Morales, 2020). Quer o presidente, quer restantes políticos com cargos relevantes no país encontraram-se no centro de diversos casos polémicos de corrupção. Esta problemática não era novidade no ramo político mexicano, pelo contrário Peña Nieto chegou até a normalizá-la e apesar de algumas iniciativas tomadas pelo seu governo em medidas de anticorrupção, segundo Morales, a sua implementação encontrava limitações, assim como falta de vontade política para a sua plena atuação (2020). A corrupção foi de certo modo desvalorizada e tratada de maneira remediativa e ineficazmente. Destacou-se,

principalmente, o caso associado ao presidente, denominado “Casa Branca”, em que a sua esposa terá comprado uma casa numa zona privilegiada da capital mexicana, por um valor aproximado de 7 milhões de dólares, a uma empresa envolvida em inúmeros contratos públicos sob a alçada de Nieto, gerando questões sobre o favorecimento em contratos públicos (Morales, 2020). Outros episódios de corrupção sucederam-se por parte de ministros do governo, governadores estatais, assim como verificaram-se desvios de fundos públicos na ordem dos 192 milhões de dólares para empresas fantasmas (Fregoso, 2017). No seu artigo jornalístico, Fregoso admite que a perceção dos cidadãos agrava perante aos índices de corrupção, dados os inúmeros casos vindos a público, fora os que não chegaram a ser divulgados (2017).

Já no campo económico, não ocorreram mudanças significativas, o modelo capitalista estabelecido desde os anos 1980 manteve-se, onde Peña Nieto procurou aprofundá-lo (Bizberg, 2020). A reforma mais importante neste sentido foi no setor energético, nomeadamente do petróleo sob a alçada estatal, alargando-o ao investimento privado e estrangeiro. No entanto os resultados deixaram a desejar, dada a queda do preço do petróleo, prejudicando a estratégia adotada. Além disso, o governo optou por uma política restritiva nos gastos públicos, em que apesar de haver recursos para aplicar, optou-se por controlá-los, sacrificando o crescimento económico (Bizberg, 2020). Assim, tendo em conta os baixos salários, as altas taxas de pobreza, as desigualdades sociais, o sistema de proteção social precário e consequentemente o baixo consumo interno, verificou-se um crescimento económico reduzido. De acordo com os dados do Banco Mundial, o crescimento anual do PIB durante o mandato de Peña Nieto apresentou poucas flutuações, mas nunca passou da casa dos 2% (World Bank, 2024) confirmando o que Bizberg afirma, uma economia minimamente estável com reformas estruturais, mas que não refletiram melhorias nas condições de vida da população e nas desigualdades do país.

4.2.3. Nível do Sistema (Internacional)

No que diz respeito ao sistema internacional encontrava-se uma certa estabilidade favorável à projeção externa do México durante o período de inauguração de Peña Nieto (Flores & Ulloa, 2019). Contudo, o ressurgimento de vertentes nacionalistas noutros países, o surgimento de novos atores relevantes e a eclosão de conflitos em diferentes regiões traduziram-se em constrangimentos no campo internacional. Verificaram-se mudanças

expressivas, com o crescimento do isolacionismo, em países com grande peso global, como a saída do Reino Unido da União Europeia e especialmente a ascensão do fenómeno MAGA (“*Make America Great Again*”) no país vizinho, que levou Donald Trump à presidência dos Estados Unidos pelo partido republicano (Flores & Ulloa, 2019).

Trump apresentava um discurso nacionalista e isolacionista, com hostilidade especialmente face aos imigrantes nos EUA. Tendo em conta que os mexicanos constituíam o maior grupo de imigrantes no país, acabaram por ser um dos alvos do novo presidente norte-americano, sendo que este defendia a construção de um muro na fronteira com o México de modo a colmatar o que era percecionado como um problema de segurança (Flores & Ulloa, 2019).

Ademais, as crises políticas, económicas e sociais marcavam presença em diversos países latino-americanos, nomeadamente na Venezuela, com a morte de Chávez e a sucessão de Maduro, e no Brasil, com a operação Lava Jato, no âmbito da corrupção política no país (González & Castillo, 2019). No entanto, com o declínio da Maré Rosa, que marcou a primeira década do século XXI, verificou-se uma maior abertura para cooperação entre si, criando espaço para o México projetar o seu poder regionalmente.

4.2.4. Oportunidades e Constrangimentos: entre a América do Norte e a América Latina

A posição da política externa na agenda política de Peña Nieto pôde revelar a sua importância no mandato. De facto, apesar de ser considerada uma prioridade fazendo parte de um dos principais objetivos do Plano de Desenvolvimento, para além de estar em último lugar, apresenta também delineações vagas, embora com um rumo ligeiramente diferente do seu antecessor. O plano interno vivido no México condicionou consideravelmente a atuação no exterior, desta forma, Franzoni argumenta que, a política externa foi um método de apoio para a política interna, na procura de propagar uma imagem de estabilidade e modernidade vivida no país, tendo em vista a atração do investimento estrangeiro (2017). Efetivamente, o novo governo pretendia colocar como principal foco, a vertente económica, na sua atuação de política externa. Dada a sua relação de proximidade e dependência face aos EUA, a autora admite que, independentemente de ser marcada pela cooperação ou pelo conflito, a sua relação com o país vizinho constitui o principal foco no âmbito externo (Franzoni, 2017).

Nos primeiros anos de mandato, a relação com os EUA manteve-se consideravelmente estável e em bons termos, com o esforço mexicano em alternar a agenda bilateral para além das questões securitárias (Pérez & Olvera, 2021). O relacionamento entre Peña Nieto e o seu homólogo norte-americano, Barack Obama, foi próximo destacando-se a visita do presidente dos EUA ao México em 2014, em que as questões de segurança foram colocadas em segundo plano, tendo como principal foco na agenda o tema económico (Shear & Archibold, 2013). De facto, surgiu desta reunião o Diálogo Económico de Alto Nível (DEAN), representando não só a tentativa de reorientar a relação bilateral para o campo económico, mas também salvaguardar a integração económica iniciada nos anos 1990 (Santa Cruz, 2019). No entanto, apesar de terem sido alcançados avanços significativos neste sentido, contrariamente ao que pretendia Peña Nieto, a economia não se transformou no tópico dominante na relação entre os EUA e o México.

Segundo Santa Cruz, embora temer-se na época, que as questões securitárias fossem colocadas de lado perante o país vizinho, tal como aparentava o presidente mexicano, pondo fim à Iniciativa Mérida, o mesmo não se verificou, verificando-se a sua manutenção e desenvolvimento ao longo do mandato (2019). Entre 2013 e 2018, o México beneficiou de mais de 850 milhões de dólares vindos dos EUA na sequência na Iniciativa Mérida. Adicionalmente, destaca-se a cooperação securitária bilateral através de outros meios e níveis, nomeadamente de inteligência, que reforçaram assim uma rede transgovernamental de segurança que transcendia a iniciativa.

No âmbito multilateral, em 2016, o México, a par dos restantes estados norte-americanos, concluiu as negociações de um tratado comercial que englobava outros países do pacífico. O Acordo Transpacífico (TPP) apesar de teoricamente não simbolizar uma renegociação do NAFTA, na prática certos autores defendiam que sim, dada a agenda abrangente e a envolvimento geográfica que incluía os três países originais (Santa Cruz, 2019). De acordo com Flores e Ulloa, Peña Nieto considerava esta iniciativa como uma das mais importantes, não só por reforçar o tratado comercial com o Canadá e os Estados Unidos (NAFTA), mas também por promover as trocas comerciais com o seu maior parceiros comercial, englobando os parceiros asiáticos - um mercado em ascensão (2019). Contudo, antes que fosse possível os Estados Unidos ratificarem o acordo, Donald Trump tomou posse e retirou imediatamente o país do tratado, desfazendo as negociações e as expectativas comerciais criadas, especialmente pelo México (Santa Cruz, 2019).

Na verdade, a chegada de Donald Trump atribulou profundamente o sistema internacional, especialmente a relação entre os EUA e o México, forçando uma mudança na condução de política externa. Ao longo da sua campanha eleitoral foi promovido um discurso nacionalista, isolacionista e até xenófobo, usando o México e os imigrantes mexicanos nos EUA como bodes expiatórios, considerando-os delinquentes, assassinos e violadores (Pérez & Olvera, 2021). O “ataque” de Trump ao país vizinho estendeu-se a todos os campos, colocando em causa todos os esforços realizados até então, nomeadamente ao nível comercial, sendo que o magnata norte-americano criticava não só o TPP, como também o NAFTA. Dada a relação intrínseca entre os países e a dependência do México face aos EUA, Peña Nieto encontrou-se perante um cenário de vulnerabilidade. Segundo Franzoni, o discurso de Trump fez com que o governo mexicano assumisse uma postura defensiva, o que foi percebida como uma fragilidade por setores no país (2017). De facto, Peña Nieto adotou medidas cautelosas, procurando proteger os seus cidadãos nos EUA – houve um reforço significativo no apoio consular (Flores & Ulloa, 2019) –, mas especialmente para amenizar a relação bilateral com o seu principal parceiro comercial.

Um dos principais momentos de tensão foi a visita muito criticada de Trump ao México ainda antes de vencer as eleições, por convite de Peña Nieto, em agosto de 2016, com o objetivo de dialogar sobre a relação entre os dois países. Após a reunião privada realizada na residência oficial mexicana, Peña Nieto reiterou na conferência de imprensa que o seu dever é defender os cidadãos mexicanos em qualquer lado (Loya, 2023). Em relação à construção do muro entre os dois países – defendida ao longo da campanha republicana –, apesar de Trump confirmar na conferência de imprensa que não foi discutido quem pagaria tal obra, ainda no mesmo dia reforçou num comício no Arizona as medidas rígidas a aplicar aos imigrantes mexicanos e afirmou que o México pagaria a construção do muro, embora não ainda o soubesse (Loya, 2023). Este episódio gerou ondas críticas a Peña Nieto, o *The New York Times* acusou o presidente mexicano de ter humilhado a sua nação, concedendo um tratamento digno de chefe de estado a um candidato presidencial (2016), enquanto o *POLITICO Magazine* lançou um artigo expondo a desilusão do povo mexicano, que considerou um “erro colossal” a visita de Trump ao país (Hootsen, 2016). Meses depois, Nieto assumiu o erro e a precipitação em ter convidado o magnata ao seu país, reforçando que teria assumido uma posição diferente no presente (Ahrens, 2016). Os danos ultrapassaram a controvérsia mediática e social, levando à demissão do então Secretário da Fazenda, Luis Videgaray – assumindo mais tarde a pasta das relações externas –, que terá planeado a visita de Trump ao país (Loya, 2023).

Donald Trump acabou por vencer as eleições em novembro de 2016 e tomou posse, enquanto presidente dos EUA, em janeiro de 2017. Apenas oito meses após a sua chegada à Casa Branca, iniciou-se as conversações entre os três países norte-americanos, cumprindo a promessa de Trump em renegociar o NAFTA, após o abandono do TPP (Santa Cruz, 2019). As negociações apresentaram alguns contratempos e discordâncias, segundo o autor, nomeadamente exigências absurdas e ameaças de abandono do diálogo por parte de Washington. A postura hostil de Donald Trump manteve-se durante este período, tendo imposto taxas alfandegárias às exportações mexicanas de aço e alumínio, levando à retribuição por parte do México com tarifas ao metal e aos produtos agropecuários norte-americanos (Pérez & Olvera, 2021). Por fim, foi anunciado em setembro de 2018, após um ano de intensas negociações, a assinatura do instrumento jurídico tripartido pelos três líderes, conhecido por Acordo Estados Unidos-México-Canadá (T-MEC), em Buenos Aires, a 30 de novembro – véspera do fim do mandato de Nieto (Santa Cruz, 2019).

Segundo Sánchez, a dependência e vulnerabilidade do México em relação aos EUA foi exposta através das posições protecionistas de Donald Trump, levando Peña Nieto a reforçar os laços comerciais com o país vizinho para, no mínimo, garantir a manutenção do comércio bilateral (2019). De facto, ao longo de todo o mandato de Nieto, os EUA representaram o principal destino de exportações, preenchendo em 2012, 77,7% e em 2017, 79,8%, do total das vendas mexicanas. Já o segundo lugar era ocupado pelo restante parceiro do T-MEC, em que no primeiro ano de governação do PRI, o comércio com o Canadá correspondia a 2,9% e em 2017, 2,8% (Sánchez, 2019). Apesar de Peña Nieto ter traçado o objetivo de diversificar as relações nomeadamente comerciais com outros parceiros, verificou-se a continuidade da priorização dos laços com os dois países da América do Norte, em especial os EUA, tendo em conta o vínculo de dependência inerente.

A relação entre o México e o Canadá manteve-se praticamente nos mesmos moldes, sem grande intensidade, mas em bons termos, preservando o que foi contruído ao longo dos últimos governos, mantendo contactos cordiais com Otava (Santa Cruz, 2019). Com efeito, a Aliança México-Canadá continuou em vigor, garantindo a cooperação nas áreas de comércio, energia, mobilidade, agroindústria, entre outras. Com a chegada de Trudeau ao governo, o chefe de estado canadiano reuniu-se por mais de dez vezes com o homólogo mexicano, salientando a sua visita ao México, em 2017, onde foi reforçado a solidez e o compromisso com o diálogo bilateral (Pérez & Olvera, 2021). Uma das principais iniciativas decorrentes da

cooperação bilateral foi o Diálogo Estratégico de Alto Nível México-Canadá (DESAN), um mecanismo de diálogo no âmbito comercial, económico e securitário.

No entanto, embora esta cooperação estreita e cordial tenha se verificado igualmente no decorrer da negociação do T-MEC, dada a posição divisória e protecionista do governo dos EUA, a Cidade do México e Washington acabaram a negociar separadamente, anunciado o seu entendimento antes do parceiro canadiano, levando a um distanciamento entre Nieto e Trudeau, pela indicação que o México estaria disposto a assinar o acordo comercial sem Otava (Pérez & Olvera, 2021). As conversações prosseguiram com o Canadá, sendo o T-MEC anunciado pouco depois. Embora esta questão não ter sido bem recebida por certos setores canadianos, a boa relação entre o México e o Canadá resistiu ao impasse (Santa Cruz, 2019). A relação com Otava traduziu-se na estabilidade e a cooperação mínima que se tem vindo a verificar de administrações anteriores, a cordialidade sobrepõe-se no relacionamento com o segundo mais importante parceiro comercial do México, embora também seja afetado pelo vínculo entre Washington e a Cidade do México.

Relativamente à América Latina, segundo González, e Rodrigo a agenda de Nieto na promoção e projeção do estado mexicano na arena internacional, orientou a condução da política externa para os países a sul, tendo visitado 40 vezes a região (2019). Na verdade, Covarrubias e Meléndez ressalvam a necessidade de o México incorporar um papel de distinção no âmbito político, económico e cultural, recuperando a sua liderança na região latino-americana de modo a reforçar o seu estado mundial enquanto potência emergente (2016; 2018). Tal como em administrações anteriores Peña Nieto procurou não só diversificar as relações do México, mas também impulsionar a sua posição no sistema internacional, cada vez mais pluralizado, através da América Latina. Assim sendo, González e Rodrigo admitem que a sua condução de política externa face à região não foi alvo de inovação, mas sim de continuidade, relativamente aos seus antecessores, e aprofundamento com um maior pragmatismo no âmbito diplomático, com ênfase em novos instrumentos, nomeadamente económico-comerciais (2019). O foco na vertente económica, não se limitou ao relacionamento com a América do Norte, revelou-se igualmente no relação com os países latino-americanos. Na 29ª Reunião dos Embaixadores e Cônsules, o presidente mexicano discursou reforçando a importância da América Latina na política externa mexicana e as suas conquistas ao ampliar a política comercial e de investimento internacional (Presidencia de Enrique Peña Nieto, 2018).

A relação com a vizinhança mais próxima, a América Central e as Caraíbas, centrou-se maioritariamente nas questões migratórias e de segurança que afetam a sub-região, tal como assumido por Nieto no seu discurso. Desta forma, o governo procurou reforçar as iniciativas já existentes e criar novos meios de cooperação entre si, admitindo a responsabilidade partilhada em lidar com estas questões (Reynoso, 2018). Em março de 2013, Peña Nieto participou na I Cimeira do México-Sistema da Integração Centro-Americana (SICA), em que foram debatidas as principais preocupações comuns em relação à segurança, migração, comércio e investimento (Flores & Ulloa, 2019). Na verdade, um dos principais instrumentos de ação neste sentido é a Agência Mexicana de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AMEXCID), em que sob a sua coordenação realizaram-se diversas iniciativas em prol do desenvolvimento da região, destacando-se o projeto “*Mesoamérica Sin Hambre*” em parceria com as Nações Unidas, com o objetivo de apoiar as políticas pública em segurança alimentar e nutrição, em combate à pobreza e a desnutrição em certos países da região da América Central⁴.

Já o Projeto Mesoamérica, a iniciativa de cooperação internacional mais importante da região, viu-se fortalecida com o Fundo Yucatán, que financiava diversos projetos de cooperação para o desenvolvimento, no âmbito económico, social e de infraestruturas nos países mesoamericanos (Reynoso, 2018). Adicionalmente, foi implementado o Grupo de Alto Nível de Segurança e Migração (GANSEG), com o objetivo de trocar informações, capacitar e planear operações de modo a resgatar migrantes e capturar criminosos transfronteiriços, com a Belize, a Guatemala, as Honduras, o El Salvador e o Panamá (Góngora, 2018). No que diz respeito às Caraíbas, o governo de Nieto fez parte de alguns projetos no âmbito do combate aos desastres naturais que afetam a região, nomeadamente a Iniciativa Multilateral para a Adaptação e Resiliência nas Caraíbas (MARCI), em parceria com as Nações Unidas, assim como a Estratégia de Gestão Integral de Risco de Desastres, que surgiu da Cimeira CARICOM-México, em 2017 (Reynoso, 2018).

A atribulada relação com Cuba e a Venezuela viu durante a presidência de Peña Nieto a estabilidade derivada da desconsideração das diferenças político-ideológicas, com o objetivo de amenizar qualquer equívoco, visando a aproximação económico-comercial (González & Rodrigo, 2019). No que toca à relação com Cuba, esta foi relançada, reatando a proximidade entre os dois países, em 2013, fazendo com que os anos seguintes fossem marcados por diálogos bilaterais, fluidos, intensos e de confiança (Reynoso, 2018). Efetivamente, registaram-

⁴ Belize, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá e República Dominicana.

se 29 encontros bilaterais de alto nível, incluindo não só a visita de Raúl de Castro ao México em 2015, como também as diversas visitas de Peña Nieto a Havana (Pérez & Olvera, 2021). Ao longo dos anos, foram implementados diferentes instrumentos jurídicos em cooperação nas áreas do comércio, turismo, migração, entre outros, no entanto distingue-se a assinatura do acordo bilateral em que foi perdoada 70% da dívida cubana ao México e estabelecido um período de pagamento com o Banco Mexicano do Comércio Exterior (BANCOMEXT) (Reynoso, 2018; Pérez & Olvera, 2021). Relativamente à Venezuela, apesar de no início do mandato de Nieto a manutenção das relações bilaterais ter sido uma prioridade, tendo até o presidente mexicano marcado presença no funeral de Hugo Chávez em 2013, a ligação entre os dois países deteriorou com o agravamento da crise política venezuelana (González & Rodrigo, 2019). Na verdade, apesar do princípio de não-intervenção em assuntos externos, o agravamento das tensões políticas e de violação dos direitos humanos e a visita da esposa do opositor de Maduro ao México a convite da então Secretária das Relações Externas que desagradou as autoridades venezuelanas, quebraram estabilidade bilateral (González & Rodrigo, 2019; Covarrubias, 2016). O diálogo entre si tornou-se praticamente nulo, culminando com as tensões derivadas, particularmente do Grupo de Lima e das declarações de Maduro acusando Peña Nieto de “cobarde” e “funcionário de Donald Trump” (González & Rodrigo, 2019). Em parceria com outros países da região, o México juntou-se ao Grupo de Lima, em 2017, cujo objetivo era promover a restauração da democracia na Venezuela e a melhoria das condições de vida da sua população (Góngora, 2018).

A proatividade económica de Nieto desconstruiu o ambiente de rivalidade e competição presente na relação com um dos maiores países sul-americanos, o Brasil (González & Rodrigo, 2019). A presidente brasileira, Dilma Rousseff visitou o México, durante o mandato de Nieto, onde foram estabelecidas as bases para renegociar a cooperação económica, tendo celebrando-se diversos instrumentos jurídicos, simbolizando um marco na relação entre os dois países, dado o distanciamento nos anos anteriores. Adicionalmente, o entendimento entre Brasília e a Cidade do México traduziu-se noutros aspetos não só a nível bilateral, como também aprimorou a colaboração entre si em iniciativas regionais multilaterais. Segundo Meléndez, a relação com os países da América do Sul foi colocada como prioridade, de modo a lançar o México com uma maior visibilidade e presença na região (2018). Desta forma, iniciou-se a modernização dos Acordos de Complementação Económica com o Brasil e com a Argentina, reativando o diálogo político e de cooperação, na então temática prioritária (Pérez & Olvera, 2021). No entanto, a negociação do T-MEC, que decorria em paralelo, a par da instabilidade

política vivida no países em questão, acabou por prejudicar as restantes negociações comerciais com a América do Sul, levando à paralisação do diálogo trilateral (González & Rodrigo, 2019).

Além disso, segundo González e Rodrigo, a inexistência de um papel ativo no acompanhamento internacional da negociação de paz na Colômbia com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), demonstrou a incapacidade do governo mexicano em conduzir a sua política externa, perdendo uma oportunidade de projetar-se externamente, especialmente devido à proximidade de Nieto com o presidente colombiano (2019). Efetivamente, perante os países latino-americanos foram celebrados certos acordos comerciais e até iniciativas no âmbito da segurança, porém sem grandes efeitos produzidos.

No que toca ao âmbito multilateral, o foco na economia foi transmitido pelo empenho do México na Aliança do Pacífico (AP), relevante por abarcar outros países sul-americanos que partilhavam a fronteira com o Oceano Pacífico. Segundo Covarrubias, a AP concedeu a oportunidade multilateral para o México cooperar economicamente com a América do Sul, tendo em conta que era excluído de diversas iniciativas propostas pelo Brasil, indo de encontro com o seu objetivo em tornar-se num ator com responsabilidade global (2016). Efetivamente apesar de inicialmente Nieto aparentar algum desinteresse pela AP, dada a posição isolacionista de Trump passou a ver nesta iniciativa um fator de contrabalanço aos EUA, assim como um avanço na integração regional a sul (González & Rodrigo, 2019). Já a CELAC não foi alvo do mesmo interesse, perdendo o seu dinamismo por parte do México, dada as ameaças comerciais vindas de Trump, que obrigavam a Secretaria da Economia do México a concentrar os seus esforços nos EUA (Franzoni & Carvalho, 2023). Na verdade, em 2015 e em 2017, Peña Nieto não participou nas cimeiras da CELAC, alegando motivações internas para a sua ausência (Franzoni, 2017).

Contudo, o intuito do Nieto em fortalecer e diversificar as relações comerciais, nomeadamente com os países latino-americanos, ficou aquém da realidade. Na verdade, apesar dos esforços realizados e dos acordos formalizados, a América Latina constituiu apenas 4,2% do comércio mexicano, 5.2% das exportações e 3.1% das importações (González & Rodrigo, 2019).

Apesar de Peña Nieto ter diferenciando-se dos seus antecessores pelo seu ênfase e inclinação económica-comercial, a atenção prestada ao norte prevaleceu em comparação com a região latina. O novo governo do PRI procurou centralizar a política externa do México no

âmbito económico, tendo os resultados ficado aquém do desejado. A segurança permaneceu em primeiro plano na relação com os EUA, dada a dimensão da problemática do crime transnacional, que impactava gravemente ambos os países, enquanto a América Latina, serviu como palco para uma possível projeção internacional com um maior alcance, diversificando igualmente as relações comerciais do país, cujos resultados revelaram-se sobretudo simbólicos – sem correspondência prática significativa. A chegada de Donald Trump à Casa Branca agravou os condicionamentos da política externa do México, que até então já se norteava pela relação com os Estados Unidos. Sem descurar a relação da Cidade do México com os países latino-americanos e os respetivos feitos alcançados, ao longo da presidência de Nieto, ao filtrar a prática e a atuação real de política externa em relação ao plano discursivo e retórico, verificou-se a afetação aos EUA, dada a sua dependência que se encontrava vulnerável com a agitação provocada pelo movimento MAGA (*“Make America Great Again”*). Adicionalmente, a imagem do México no sistema internacional não apresentou uma posição favorável, dado o contexto interno de violência e insegurança generalizada no país, transmitindo a falta de controlo interno, que por sua vez, assumiu a concentração do foco governamental, em prol de outras temáticas, como a política externa, em que maioritariamente respondia aos estímulos externos.

Conclusão

A oportunidade de estagiar no mais importante órgão da política externa portuguesa concedeu-me o contacto direto com o mundo diplomático, compreendendo que a sua condução advém de um conjunto alargado de fatores. De facto, ao longo deste período passei a tomar em consideração, detalhadamente, os fatores que moldam as escolhas e as decisões na área, entendendo a conjuntura multifatorial que acarreta. Efetivamente, a análise académica de política externa confirma exatamente isso, desde Rosenau, Putman a Neack, as opiniões convergem no que diz respeito à multiplicidade dos elementos que influenciam a política externa de um estado, compreendendo o nível individual, nacional e internacional.

O México não foge à regra, dado o histórico colonial e as consecutivas invasões dos EUA. O estado mexicano, no início da sua formação, vincou os princípios de política externa, baseados na não-intervenção e na promoção da paz e liberdade de todos os povos. Ao longo do século XX, esta orientação moldou-se ao pragmatismo, assumido pelos sucessivos governos mexicanos, desamarrando-se lentamente da rigidez dos seus princípios tradicionais. A relação com os EUA foi tomando novos contornos com cada vez mais eixos comuns e uma cooperação económico-comercial exponencial, institucionalizada no fim do mesmo século com a assinatura do NAFTA. Neste sentido, os EUA tornaram-se no principal e maioritário parceiro comercial do México, originando uma relação vincada não só no aspeto económico, mas também no securitário, dada a expansão do crime organizado, e no social, dados os milhões de imigrantes mexicanos no país vizinho. Embora este laço aprofundado, no âmbito cultural as ligações prendem-se à América Latina, dado o passado, a língua e os costumes comuns. Esta dualidade mexicana coloca o México numa posição de “*bi-regional country*”, tal como defendida por Pellicer (2006), vulnerabilizando e condicionando a sua política externa, por se encontrar no meio de duas grandes, importantes, mas distintas regiões.

Desta forma procurou-se compreender a condução da política externa do México, após a sua transição democrática, que se distingue pelos poucos anos de governação por parte de um partido de alternância. Após quase oitenta anos de ditadura do PRI, o PAN venceu as eleições cobrindo apenas dois mandatos até ao regresso do partido hegemónico. Com a alternância no poder, surgiu a esperança de mudanças políticas, sendo a política externa uma delas, nomeadamente no que diz respeito às regiões adjacentes. Quer com a viragem democrática com o PAN, quer com o retorno do PRI enquanto partido renovado, suscitaram expectativas quanto a um possível rumo de política externa a seguir. Ao analisar a presidência de Felipe

Calderón e de Enrique Peña Nieto, conclui-se que apesar da divergência estratégica em termos teóricos, a política externa mexicana manteve os principais esforços virados para os EUA. De facto, ambos os presidentes procuram diversificar as relações com os países latino-americanos, tendo Calderón um afeiçoamento pessoal com a região e tendo Nieto tencionado usar a região como catapulta para a projeção do México no sistema internacional. Contudo, os resultados práticos não foram de encontro com o propagado pelos líderes, caindo no discurso e na retórica.

A situação de violência generalizada no país e as mudanças nas prioridades de política externa norte-americana moldaram em grande medida a condução da política externa durante este período. O crime organizado ganhou dimensões desproporcionais, afetando diretamente o país vizinho, que se encontrava no meio da luta internacional contra o terrorismo enquanto principal prioridade, transbordando-a para o México. Assim a segurança passou a ser o principal tópico na agenda política mexicana recorrendo aos EUA em auxílio. Além disso, as próprias alternâncias presidências moldaram a política externa do México, que procurava principalmente, a manutenção e a estabilidade da relação bilateral, que acabou por ser abalada com a chegada de Donald Trump à Casa Branca. Apesar dos esforços de ambos os presidentes em diversificar os laços mexicanos com os países latino-americanos, destacando-se, iniciativas como o Projeto Mesoamérica e a CELAC, estas acabaram por não chegar à prática, limitando a sua ação. Para além disso, certos estados da região provocavam constrangimentos, dado o seu relacionamento com os EUA, como a Venezuela e Cuba, assim como os grandes países regionais, como o Brasil e a Argentina que intimidavam e rivalizavam com o México pela liderança regional.

Contudo, verificou-se a continuidade das principais linhas de atuação, com um grande foco nos EUA e a tentativa de contrabalançar a sua dependência com a América Latina, cujos resultados não apresentavam efeitos efetivamente tangíveis. A fragilidade e a vulnerabilidade face às alterações da política externa e interna norte-americana, demonstraram não só a sua explícita dependência face ao país vizinho, como uma limitação imposta na condução de política externa, sujeita aos interesses dos EUA, não só enquanto estado hegemónico no sistema internacional, mas também dada os seus vínculos económicos intrínsecos.

Em suma, confirma-se a prevalência de uma tendência de cooperação face à região norte-americana, em detrimento da região latino-americana, durante as duas presidências em análise. Apesar das estratégias e dos instrumentos sofrerem alterações, os eixos basilares de

política externa condicionada aos EUA, continuaram a moldar e influenciar a política externa mexicana, malgrado as esperanças de mudança, após as duas transições políticas.

Referências Bibliográficas:

Ahrens, J. M. (2016, October 26). Peña Nieto admite su error con la visita de Trump. *El País*.

Añuez, M. R., & Lallande, J. P. P. (2015). La política exterior de México hacia América Latina y el Caribe durante la presidencia de Felipe Calderón (2006-2012). *Miríada: Investigación En Ciencias Sociales*, 7(11), 11–34.

Arroyo-Macías, E. M. (2018). Enrique Peña Nieto y la crisis de seguridad que hereda. *Análisis Plural*.

Bastidas, S. (2012). México: el sexenio solitario de Felipe Calderón. *Política Exterior*, 26(148), 94–101.

Bizberg, I. (2020). El fracaso de la continuidad. La economía política del sexenio de Enrique Peña Nieto. *Foro Internacional*, 60(2), 629–682.

Börzel, T. A., & Risse, T. (2016). *Introduction* (T. A. Börzel & T. Risse, Eds.). Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199682300.013.1>

Botello, N., & Magnoni, J. (2016). Iconología de un precandidato presidencial: el último informe de Peña Nieto como gobernador. *Nueva Antropología*, 29(84), 117–141.

Bruera, H. G. (2015). To be or not to be: Has Mexico got what it takes to be an emerging power? *South African Journal of International Affairs*, 22(2), 227–248.

Covarrubias, A. (2016). El reacomodo de México en una América Latina cambiante: de la euforia democrática a la introversión. *Pensamiento Propio*, 44, 325–350.

Cruz, A. S. (2013). La política exterior de Felipe Calderón hacia América del Norte: crisis interna y redefinición de fronteras. *Foro Internacional*, 53(3–4), 537–571.

Decreto-Lei n.º 121/2011 do Ministério dos Negócios Estrangeiros. (2011). Diário da República n.º 249/2011, Série de 2011-12-29.

Donald Trump's Deportation Nation. (2016, August 31). *The New York Times*.

Estrada, C. (2012). La Iniciativa Mérida y el combate al narcotráfico. Cooperación bajo concepciones inadecuadas. *Revista de El Colegio de San Luis*, 2(3), 266–279.

Fawcett, L. L., & Hurrell, A. (1995). Regionalism in theoretical perspective. In *Regionalism in world politics: regional organization and international order* (pp. 37–73). Oxford University Press.

Fawn, R. (2009). “Regions” and Their Study: Wherefrom, What for and Whereto? *Review of International Studies*, 35, 5–34. <http://www.jstor.org/stable/20542776>

Ferreira, A. G. (2012, July 22). Enrique Peña Nieto e a telenovela da política mexicana. *PÚBLICO*.

Flores, R., & Ulloa, J. L. de. (2019). Los factores internos y externos en la política exterior mexicana (2012-2018): una evaluación general. *Foro Internacional*, 59(3–4), 671–701.

Flores, R. V. (2007). Una primera evaluación de la política exterior de la administración de Vicente Fox: alcances y límites. *Centro de Investigación y Docencia Económicas*.

Flores, R. V. (2008). Balance general de la política exterior de México, 2000-2006. *Foro Internacional*, 81–122.

Flores, R. V. (2010). El proyecto de política exterior de Felipe Calderón: ¿golpe de timón? *Revista de Relaciones Internacionales de La UNAM*, 108, 121–155.

Flores, R. V. (2011). La política exterior de Estados Unidos hacia México bajo la administración de Barack Obama: cambios y continuidades. *Norteamérica*, 6(2), 85–113.

Flores, R. V. (2015). “Pragmatismo principista”: la política exterior de México. *Revista de Relaciones Internacionales de La UNAM*, 120/121, 151–164.

Flores, R. V., & Domínguez, R. (2013). Balance de la política exterior de México en el sexenio de Felipe Calderón bajo los tres niveles de análisis: límites y alcances. *Foro Internacional*, 53(3/4), 483–516.

Flores-Macías, G. (2013). Mexico’s 2012 Elections: The Return of the PRI. *Journal of Democracy*, 24(1), 128–141.

Franzoni, M. (2017). La política exterior de México en el gobierno de Peña Nieto: Retos locales e internacionales. *Contextualizaciones Latinoamericanas*, 2(17).

Franzoni, M., & Carvalho, C. E. (2023). La CELAC y la Alianza del Pacífico en la diversificación de las relaciones económicas internacionales de México (2009-2019). *Conjuntura Austral*, 14(65), 87–99.

Fregoso, J. (2017, September 6). Los 5 escándalos de corrupción que distanciaron a Enrique Peña Nieto de los mexicanos. *Infobae*.

Freire, M. R., & Vinha, L. (2011). Capítulo 1: Política externa: modelos, actores e dinâmicas. In *Política externa: as relações internacionais em mudança* (pp. 13–53). Imprensa da Universidade de Coimbra. <https://doi.org/10.14195/978-989-26-0086-4>

Gerner, D. J. (1995). The Evolution of the Study of Foreign Policy . In L. Neak, J. A. K. Hey, & P. J. Haney (Eds.), *Foreign Policy Analysis: Continuity and Change in Its Second Generation*. Prentice-Hall.

Plan Nacional de Desarrollo (2007-2012), (2007). <https://www.gob.mx/conamer/documentos/plan-nacional-de-desarrollo-2007-2012>

Plan Nacional de Desarrollo (2013-2018), (2013). <https://itcampeche.edu.mx/wp-content/uploads/2016/06/Plan-Nacional-de-Desarrollo-PND-2013-2018-PDF.pdf>

Góngora, L. A. (2018). La política exterior de México hacia América Latina y el Caribe 2012-2018, logros y prospectiva. *Revista Mexicana de Política Exterior*, 114, 9–33.

González, G., & Castillo, R. (2019). La política exterior del gobierno de Enrique Peña Nieto hacia América Latina y el Caribe en un mundo en transición: una trama en tres actos. *Foro Internacional*, 59(3–4), 763–808.

González, G. G. (2005). México ante América Latina: mirando de reojo a Estados Unidos. *Centro de Investigación y Docencia Económicas*, 132, 1–39.

González, G. G., & Flores, R. V. (2013). La política exterior de México hacia América Latina en el sexenio de Felipe Calderón (2006-2012): entre la prudencia política y el pragmatismo económico. *Foro Internacional*, 53(3–4), 572–618.

Hermann, C. F. (1990). Changing course: when governments choose to redirect foreign policy. *International Studies Quarterly*, 34(1), 3–21.

Hernández, J. L. (2013). El regreso del PRI:¿ ante qué debemos estar preparados? *Análisis Plural, Segundo semestre de 2012*.

Hootsen, J.-A. (2016, September 2). The ‘Colossal Failure’ of Trump’s Mexico Visit. *POLITICO MAGAZINE*.

Iruegas, G. (2003). Las relaciones de México con América Latina y el Caribe. *Revista Mexicana de Política Exterior*, 67–68, 11–25.

Levy, C. (2009). Crisis y retos de la política exterior de México: 2006-2012. *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*, 51(205), 119–141.

Loya, M. Á. V. (2023). El tema de México en la primera campaña presidencial de Trump. *Norteamérica*, 18(2), 1.

Mayer-Serra, C. E. (2013). El ambicioso regreso del PRI. *Política Exterior*, 27(151), 106–122.

Meléndez, V. H. M. (2018). Una renovada presencia e influencia de México en América del Sur. *Revista Mexicana de Política Exterior*, 114, 63–83.

Méndez, J. L. (2015). El liderazgo político en la presidencia de Felipe Calderón (2006-2012). *Foro Internacional*, 55(1), 116–170.

Meyer, L. (2015). Felipe Calderón o el infortunio de una transición. *Foro Internacional*, 55(1), 16–44.

Migration Policy Institute. (2024). *Immigrant and Emigrant Populations by Country of Origin and Destination*. <https://www.migrationpolicy.org/programs/data-hub/charts/immigrant-and-emigrant-populations-country-origin-and-destination?height=850&iframe=true&width=1000>

Morales, F. (2020). El legado del “sexenio de la corrupción”: los retos del sistema nacional anticorrupción. *Foro Internacional*, 60(2), 683–715.

Muñoz, A. A. (2006). La política exterior de México durante el sexenio de Vicente Fox. *Sexenio En Perspectiva, Cidade Do México*, 31–36.

Neack, L. (2008). *The new foreign policy: power seeking in a globalized era* (2nd ed.). Rowman & Littlefield.

Nolte, D. (2022). Auge y declive del regionalismo latinoamericano en la primera marea rosa: lecciones para el presente. *Ciclos En La Historia, La Economía y La Sociedad*, 33(59), 1–10.

NU. CEPAL. (2013). *Panorama social da América Latina 2013: documento informativo*. <https://repositorio.cepal.org/items/c9da0f93-4df0-4621-9ea1-88317c1a7b88>

Ojeda, M. (1984). La política exterior de México: objetivos, principios e instrumentos. *Revista Mexicana de Política Exterior*, 2, 6–10. <https://revistadigital.sre.gob.mx/index.php/rmpe/article/view/1288>

Ortiz, R., & Ventura, F. (2015). El periodo presidencial de Felipe Calderón Hinojosa. *Foro Internacional*, 55(1), 5–15.

Pellicer, O. (2006). México-a reluctant middle power. *New Powers in Global Change, Dialogue on Globalization*, 1–10.

Pérez, D. C., & Olvera, P. G. (2021). Política Exterior. In H. Z. Gamboa (Ed.), *Balance de gestión gubernamental: Enrique Peña Nieto (2012-2018)* (pp. 445–508). Bonilla Artigas Editores.

Portaria n.º 31/2012, do Ministério das Finanças e dos Negócios Estrangeiros. (2012). Diário da República n.º 22/2012, Série I de 2012-01-31.

Presidencia de Enrique Peña Nieto. (2018, January 11). 29 Reunión de Embajadores y Cónsules de México [Video]. Youtube. https://www.youtube.com/watch?v=uzzR2521_Pc

Putnam, R. D. (1988). Diplomacy and Domestic Politics: The Logic of Two-Level Games. *International Organization*, 42(3), 427–460. <http://www.jstor.org/stable/2706785>

Reynoso, M. D. (2018). Política exterior de México hacia Centroamérica y el Caribe. *Revista Mexicana de Política Exterior*, 114, 35–61.

Riguzzi, P., & de los Ríos, P. (2012). Las relaciones México-Estados Unidos.¿. *Destino No Manifiesto? 1867-2010*.

Rodrigues, T., & Labate, B. (2019). México y el narcoanálisis: una genealogía de las políticas de drogas en los gobiernos Calderón y Peña Nieto. *Colombia Internacional*, 100, 39–65.

Rodríguez, R. H. (2025). La importancia de gobernar. La administración de Enrique Peña Nieto y la caída del PRI. *Foro Internacional*.

Rosenau, J. (1966). Pre-theories and Theories of Foreign Policy. In R. B. Farell (Ed.), *Approaches to Comparative and International Politics* (pp. 27–92). Northwestern University Press.

Sánchez, J. C. (2013). Cien años de política exterior mexicana de Francisco I. In Madero a Enrique Peña Nieto *Momentos trascendentes. México: El Colegio de México, INEHRM* (2nd ed.). Instituto Nacional de Estudios Históricos de las Revoluciones de México: Grupo Editorial Cenzontle.

Sánchez, L. M. de la M. (2019). La política comercial de México durante el gobierno del presidente Enrique Peña Nieto (2012-2018). *Foro Internacional*, 59(3–4), 958–987.

Sandoval, É. R. (2008). La política exterior de México durante el sexenio de Vicente Fox: mucho discurso y pocas nueces. *Foro Internacional*, 66–80.

Santa Cruz, A. (2019). La política de Enrique Peña Nieto hacia América del Norte: normalización e institucionalización. *Foro Internacional*, 59(3–4), 703–731.

Schiavon, J. A. (2006). La relación especial México-Estados Unidos: cambios y continuidades en la guerra y pos-guerra fría. *Centro de Investigación y Docencia Económicas*, 137, 1–31.

Schiavon, J. A. (2013). ¿Qué quieren los mexicanos en temas internacionales?: opinión pública y política exterior en México (2006-2012). *Foro Internacional*, 53(3/4), 517–536.

Seelke, C. R. (2012). *Mexico's 2012 Elections*. Congressional Research Service Washington, DC, USA.

Sepúlveda-Amor, B. (1998). Objetivos e intereses de la política exterior mexicana. In I. Bizberg (Ed.), *México ante el fin de la guerra fría* (pp. 49–76). El Colegio de México.

Serra, G. (2013). Demise and resurrection of a dominant party: understanding the PRI's comeback in Mexico. *Journal of Politics in Latin America*, 5(3), 133–154.

Shear, M., & Archibold, R. (2013, May). Obama Arrives in Mexican Capital to Meet With New Leader. *The New York Times*.

Söderbaum, F. (2013). Rethinking regions and regionalism. *Georgetown Journal of International Affairs*, 14(2), 9–18.

Ulloa, J. (2014). Enrique Peña Nieto y el primer año de gobierno: nueva visión para la política exterior. *Revista de Relaciones Internacionales de La UNAM*, 119, 117–143.

Vázquez, M. S. (1985). La política exterior de México. *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*, 13(49), 285–310.

Velasco, A. C. (2013). La política exterior de Calderón: objetivos y acciones. *Foro Internacional*, 455–482.

Verduzco, A. G.-R. (2001). La política exterior mexicana: sus principios fundamentales. *Anuario Mexicano de Derecho Internacional*, 1, 197–217.

World Bank. (2024). *GDP growth (annual %) - Mexico*. <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?locations=MX>